

Os gaúchos terão prioridade no pagamento da restituição do IR

## Governo anuncia R\$ 50 bilhões para RS

O valor dos recursos para o Rio Grande do Sul pode ser revisto, a depender da avaliação do quanto será necessário para reconstruir o Estado

O governo federal apresentou um pacote com medidas para socorrer o Rio Grande do Sul, assolado por chuvas e inundações. São 12 ações, que vão injetar R\$ 50 bilhões para o Estado, sobretudo em ações de crédito para famílias, empresas e pequenos agricultores. Segundo o governo, serão beneficiadas, ao menos, 3,5 milhões de pessoas. O governo vai antecipar o cronograma de pagamento do abono salarial, a partir deste mês de maio. A medida atingirá 705 mil trabalhadores com carteira assinada e tem

impacto de R\$ 758 milhões. Além disso, serão liberadas duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para aqueles que já estavam recebendo o benefício antes da decretação do estado de calamidade. Serão beneficiados 140 mil trabalhadores que estavam sem emprego, que receberão as parcelas extras entre maio e outubro, sempre ao final da última parcela regular. O impacto dessa liberação é de R\$ 495 milhões. Uma força-tarefa vai acelerar a análise de crédito com aval da União para os municípios. Serão beneficiados 14 municípios gaúchos, com operação de crédito em curso. **PÁGINA 2**

### ESFORÇO

#### Congresso aprova alterações no Orçamento para facilitar apoio ao RS

O Congresso Nacional aprovou os projetos que alteram a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLN 4/24 e PLN 12/24) com objetivo de facilitar os repasses de recursos para o Rio Grande do Sul (RS). Em votações simbólicas, as propostas foram aprovadas por unanimidade em sessão conjunta, com deputados e senadores, na quinta-feira (9). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que não faltarão esforços do Parlamento para ajudar o povo gaúcho. **PÁGINA 7**



### NOMEAÇÕES

#### STF mantém restrições a indicações políticas previstas na Lei das Estatais

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na quarta-feira, 8, para declarar que as restrições para indicações políticas previstas na Lei das Estatais são constitucionais. Contudo, executivos que estão nos cargos não serão destituídos. Esse ponto representa uma vitória importante para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os ministros decidiram que governo não precisará rever indicações passadas. **PÁGINA 7**

### EXPANSÃO

#### Telefónica apresentou lucro de 532 milhões de euros no trimestre

A Telefónica teve lucro líquido de 532 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, 78,9% maior do que o ganho apurado em igual período do ano passado. O valor ficou bem acima do consenso dos analistas, de lucro de 388 milhões de euros. A receita da companhia de telecomunicações espanhola teve alta anual de 0,9% entre janeiro e março, para 10,14 bilhões de euros, e ficou levemente acima da expectativa, de 10,07 bilhões de euros. **PÁGINA 4**

### RECONSTRUÇÃO

Diego Vara - Reuters



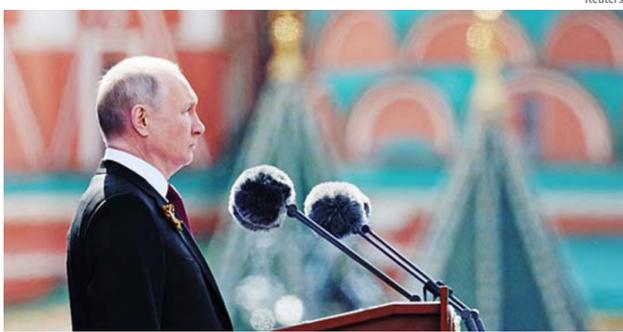
O GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL, EDUARDO LEITE (PSDB), DIVULGOU A PRIMEIRA ESTIMATIVA PRELIMINAR DO CUSTO PARA A RECONSTRUÇÃO INICIAL DE GRANDE PARTE DO TERRITÓRIO APÓS A MAIOR TRAGÉDIA AMBIENTAL DO ESTADO: R\$ 19 BILHÕES. O desastre ambiental e a crise humanitária seguem em curso, com quase 1,5 milhão de afetados e aumento do número de municípios atingidos no dia a dia, com 425 das 497 cidades gaúchas impactadas. Ao menos 164,5 mil gaúchos estão desalojados. **PÁGINA 8**

### AUXÍLIO

#### Ministro anuncia plano que vai duplicar os voos para o RS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou na quinta-feira, 9, que o governo federal iniciará na sexta-feira, 10, um plano emergencial para retomar o tráfego aéreo no Rio Grande do Sul. O principal aeroporto gaúcho, o Salgado Filho, em Porto Alegre, está alagado há uma semana e, desde então, está impedido de operar, com voos suspensos até pelo menos o final deste mês. **PÁGINA 4**

### ARMAS NUCLEARES



O PRESIDENTE DA RÚSSIA, VLADIMIR PUTIN, ADVERTIU NA QUINTA-FEIRA, que as armas nucleares de Moscou estão "sempre em alerta", em meio a um momento de tensão com o Ocidente por conta da guerra da Rússia contra a Ucrânia. **PÁGINA 5**

### EUA

#### Netanyahu diz que lutará sozinho contra o Hamas

Israel afirmou que pretende seguir com a operação em Rafah, para atingir seus objetivos militares, apesar da pressão dos Estados Unidos para que a ofensiva seja interrompida. **PÁGINA 6**

### ESTABILIDADE

#### BoE mantém juros em 5,2% pela sexta vez seguida

**PÁGINA 6**

### PREJUÍZO

Divulgação



A BRASKEM REPORTOU PREJUÍZO DE R\$ 1,39 BILHÃO NO PRIMEIRO TRIMESTRE, resultado bem maior ante as perdas de R\$ 242 milhões no mesmo período de 2023. **PÁGINA 3**

IBOVESPA 128.188,34 ↓ -1,00%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
LWSA ON NM	5.13	+4.06%	+0.20
MINERVA ON NM	6.24	+2.63%	+0.16
REDE D OR ON NM	30.270	+2.54%	+0.750
MAGAZ LUIZA ON NM	1.67	+1.21%	+0.02
BRF SA ON ATZ NM	18.91	+2.16%	+0.40

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ULTRAPAR ON NM	25.10	-6.34%	-1.70
LOJAS RENNERON NM	15.76	-6.47%	-1.09
3R PETROLEUMON ED NM	31.080	-6.67%	-2.220
COGNA ON ON NM	2.17	-5.65%	-0.13
ELETRONBRAS ON ED N1	38.11	-3.74%	-1.48

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRASIL ON NM	27.14	-4.37%	-1.24
VALE ON NM	64.51	+0.81%	+0.52
PETROBRAS PN ED R N2	41.67	+0.97%	+0.40
SUZANO S.A. ON NM	52.70	+0.73%	+0.38
ITAUNIBANCO PN EJ N1	32.28	-3.00%	-1.00

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.387,76	+0,85%
S&P 500	5.214,08	+0,51%
NASDAQ	16.346,27	+0,27%
DAX 30	18.686,60	+1,02%
FTSE 100	8.381,35	+0,33%
IBEX 35	11.050,10	-0,92%

#### DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,142	5,142	↑ 1,01%

#### PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,94%

#### EURO

COMPRA	VENDA	%
5,544	5,544	↑ 1,35%

#### LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,439	6,442	↑ 1,30%

#### OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 389,13	2.347,24

## CRÉDITO

# Haddad anuncia medidas para socorrer a região Sul

O governo vai antecipar o cronograma de pagamento do abono salarial. A medida atingirá 705 mil trabalhadores com carteira assinada e terá impacto de R\$ 758 milhões

O governo federal apresentou um pacote com medidas para socorrer o Rio Grande do Sul, assolado por chuvas e inundações. São 12 ações, que vão injetar R\$ 50 bilhões para o Estado, sobretudo em ações de crédito para famílias, empresas e pequenos agricultores. Segundo o governo, serão beneficiadas, ao menos, 3,5 milhões de pessoas.

Durante o anúncio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou que o valor dos recursos para o Rio Grande do Sul pode ser revisto, a depender da avaliação do quanto será necessário para reconstruir o Estado. Ele também disse que esse socorro é uma medida isolada, e que ainda virão outras ações, como relacionadas à dívida do governo gaúcho. O impacto desse pacote de ações no resultado primário é de R\$ 7,695 bilhões.

O governo vai antecipar o cronograma de pagamento do abono salarial, a partir deste mês de maio. A medida atingirá 705 mil trabalhadores com carteira assinada e tem impacto de R\$ 758 milhões. Além disso, serão liberadas duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para aqueles que já estavam recebendo o benefício antes da decretação do estado de calamidade. Serão beneficiados 140 mil trabalhadores que estavam sem emprego, que receberão as parcelas extras entre maio e outubro, sempre ao final da última parcela regular. O impacto dessa liberação é de R\$ 495 milhões.

Os gaúchos terão prioridade no pagamento da restituição do Imposto de Renda em 2024. A estimativa da Fazenda é de que há 1,6 milhão de potenciais restituições, que seriam pagas até junho. Essa ação tem impacto de R\$ 1 bilhão.

O governo liberou o calendário de pagamento dos programas Bolsa Família e Auxílio-Gás, antecipando os pagamentos no mês de maio. A ação atingirá 583 mil famílias, com impacto de R\$ 380 milhões.

Haverá um aporte de R\$ 200 milhões, a fundo perdido, para que fundos de estruturação de projetos dos bancos públicos possam apoiar e financiar redes de propostas para reconstrução da infraestrutura gaúcha e reequilíbrio econômico. A medida, que vale para o Estado e municípios, valerá a partir de junho e a expectativa é de impacto na rápida estruturação de projetos para retomada de investimentos no Rio Grande do Sul.

Uma força-tarefa vai acelerar a análise de crédito com aval da União para os municípios. Serão beneficiados 14 municípios gaúchos, com operação de crédito em curso. A análise já começa em maio e a estimativa de impacto é de R\$ 1,8 bilhão - a divisão dos recursos é de R\$ 1,5 bilhão para operações externas e R\$ 300 milhões para operações internas.



José Cruz - Agência Brasil

Haddad: "não estamos esperando baixarem as águas. Estamos tomando todas as providências para estarmos preparados para enfrentar o problema"

## DÍVIDA

## Lula diz para Haddad 'se preparar' para fazer 'boa negociação' com Leite

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "se preparar" para fazer uma "boa negociação" com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), sobre a renegociação das dívidas do Estado. Segundo ele, possivelmente, o acordo do tema deve ser anunciado na segunda-feira, 13.

"Na segunda-feira, espero que Haddad se reúna com Leite para fazer acordo sobre dívida", comentou Lula, em evento de anúncio de medidas de assistência do governo federal ao Estado na quinta-feira, 9. "Haddad, se prepare porque você terá que fazer boa negociação com o governador."

Minutos antes da fala de Lula, o ministro da Fazenda reiterou que segue conversando com Eduardo Leite para finalizar os detalhes do pacote de ajuda ao Estado, o que deve ocorrer até sexta-feira. "São pequenos detalhes formais, não tem a ver com volume de recursos", disse em entrevista coletiva.

Haddad afirmou que esses detalhes formais precisam ser dirimidos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Tesouro para garantir o melhor atendimento ao Estado. Na quinta-feira, o governo federal apresentou um pacote com medidas para socorrer o Rio Grande do Sul, assolado por chuvas e inundações.

São 12 ações, que vão injetar R\$ 50 bilhões para o Estado, sobretudo em ações de crédito para famílias, empre-



José Cruz - Agência Brasil

Lula: "precisamos pensar nas pessoas"

presas e pequenos agricultores. Segundo o governo, serão beneficiadas, ao menos, 3,5 milhões de pessoas.

Durante o anúncio, Haddad reiterou que o valor dos recursos para o Rio Grande do Sul pode ser revisto, a depender da avaliação do quanto será necessário para reconstruir o Estado.

Ele também disse que esse socorro é uma medida isolada, e que ainda virão outras ações, como as relacionadas à dívida do governo gaúcho.

O impacto desse pacote de ações no

resultado primário é de R\$ 7,695 bilhões.

O presidente afirmou também que o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, vai anunciar um programa para o restabelecimento de em parte dos voos ao Rio Grande do Sul, diante da calamidade pública do Estado por conta das fortes chuvas na região.

De acordo com o chefe do Executivo, os anúncios do governo desta manhã foram as primeiras linhas de crédito do governo à região. "Mas isso não termina aqui", pontuou. Na terça-feira, 14, o petista disse que há previsão que o governo anuncie novas medidas de atendimento às pessoas físicas.

"Precisamos começar a pensar nas pessoas, em como o governo irá atendê-las", afirmou Lula. "Temos que levar em conta que muitas pessoas perderam muitas coisas."

Lula afirmou que a Casa Civil e demais ministérios terão que trabalhar muito neste final de semana para preparar medidas de assistência ao Estado. Segundo ele, enquanto o Brasil assiste a população ajudar a região gaúcha, "do outro lado, temos as pessoas torcendo para a desgraça voltar, é só ver a quantidade de fake news", criticou.

Na fala, Lula também destacou o agradecimento ao Congresso Nacional pelo "papel extremamente importante e solidário". "Agradeço à Câmara pela urgência que votou o decreto ao Rio Grande do Sul", falou.

Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com juros mais baixos. A medida vale a partir de maio.

Para subsidiar os juros no

Pronampe, e garantir uma taxa zero, será liberado R\$ 1 bilhão para essa concessão, até o limite de R\$ 2,5 bilhões em créditos concedidos. A partir de maio, o financiamento de até 72 meses,

com um período de 24 meses de carência, terá subsídio na taxa de juros para 4% nominal, até o limite dos primeiros R\$ 2,5 bilhões tomados. Quando esse limite for atingido, a concessão

de crédito seguirá o padrão dos juros da linha escolhida.

Será feito um aporte de R\$ 500 milhões para concessão de garantias por meio do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), para atender a microempreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas. Esse recurso vai alavancar, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI-PEAC), até R\$ 5 bilhões.

Diferentemente do caso do Pronampe, esse aporte só alavanca e garante acesso ao crédito, sem subsidiar taxas de juros. O operador do FGI-PEAC é o BNDES. A medida vale a partir de maio, com taxa de juros média de 1,75% a.m., com substituições financeiras que oferecem taxas de 1,55% a.m..

O governo vai prorrogar por três meses os prazos de recolhimento de tributos federais e do Simples. A medida atende a 203 mil empresas, entre os meses de abril, maio e junho. O impacto desta medida é de R\$ 4,8 bilhões.

Para facilitar o acesso ao crédito em instituições financeiras públicas, o governo vai dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débitos para empresas e produtores rurais. A medida valerá por seis meses, entre maio e novembro, e vale para novas contratações e renegociações de crédito.

O governo vai colocar R\$ 1 bilhão para subvenção de juros em empréstimos concedidos para produtores rurais nos programas Pronaf e Pronamp, até o limite global de crédito de R\$ 4 bilhões. A medida atende a agricultura familiar e ao médio produtor rural.

A partir de maio, o Pronaf terá financiamento de até 120 meses, com até 36 meses de carência, com descontos para reduzir a taxa de juros para 0% nominal ao ano - isso garante a devolução do valor principal, sem correção. Para o Pronamp, a partir de maio, o financiamento de até 96 meses, com até 36 meses de carência, terá redução da taxa de juros para 4% nominal ao ano.

O ministro da Fazenda explicou que o governo está preparando os instrumentos formais necessários para atender o Rio Grande do Sul, assolado por chuvas e inundações, e garantir que os recursos para o Estado sejam bem utilizados.

"Não estamos esperando baixarem as águas. Estamos tomando todas as providências para estarmos preparados para enfrentar o problema assim que a realidade do Rio Grande do Sul permita. Sem esse trabalho prévio, as coisas não vão acontecer na ponta", disse.

O ministro esclareceu que a antecipação do pagamento da restituição do Imposto de Renda vale para todos os gaúchos, independentemente de estarem nas cidades inundadas ou não, e que os pagamentos podem começar em 30 de maio - isso também depende da entrega das declarações.

Questionado sobre a criação de um tipo de auxílio emergencial para os gaúchos, Haddad disse que o tema está sendo discutido e uma decisão sobre essa questão será anunciada na próxima semana.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que as equipes do governo estão trabalhando nas ações para atendimento às pessoas afetadas pelas chuvas e inundações no Rio Grande do Sul. Segundo o ministro, o anúncio das medidas será realizado na próxima semana. "Como temos juízo, não vamos antecipar a decisão do presidente."



**ENTREVISTA | GUSTAVO FRANCO, UM DOS MENTORES DO PLANO REAL**

# Franco: Plano Real exigiu três pedidos de demissão de FHC

**A**o lembrar os 30 anos do Plano Real, um dos seus mentores, o ex-presidente do Banco Central e sócio fundador da Rio Bravo Investimentos, Gustavo Franco, contou que a receita deu certo porque o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não aceitou abrir mão de nenhum dos pontos elaborados pelos técnicos.

Negociou no Executivo, no Legislativo e no Judiciário cada detalhe e, na reunião feita no domingo, 28 de fevereiro de 1994, quando a Medida Provisória do plano foi assinada, FHC pediu demissão três vezes para defender a integridade da proposta.

Franco foi um dos dois assessores que FHC levou a esse encontro e é considerado o guardião da âncora cambial, que, junto com os juros altos, formou a base para a estabilização. Ele não aceita dizer que algo podia ter sido diferente. E para se defender, dá números.

## Como foi sua chegada à equipe do Plano Real?

Eu tinha participado da assessoria econômica do Mário Covas, na eleição de 89. Depois, as campanhas do Collor e do PT nos procuraram, no segundo turno. A do PT para uma aliança e a do Collor para aproveitar coisas que a gente tinha feito. Mais adiante, quando o Plano Collor I já tinha afundado, havia dúvidas sobre a permanência da Zélia e existiu a possibilidade de uma aliança com o PSDB, onde José Serra seria o ministro da Fazenda. Houve algumas reuniões, mas essa articulação não rolou e a Zélia fez o Collor II. Quando o Fernando Henrique quis formar a equipe dele como ministro, o universo onde ele primeiro procurou foi esse grupo que se reuniu em torno do Serra, em 91.

## Quando é que vocês perceberam que o Plano Real seria aceito?

São muitas etapas. Primeiro a equipe, segundo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Só chegou à população quando já havia uma equação completinha. Depois dos traumas todos, estamos decididos a só colocar na rua alguma coisa que fosse 100% sem susto, sem os erros do passado. E o difícil era chegar nesse ponto ultrapassando as dificuldades da política de Brasília.

## Quem era o principal negociador de tudo isso?

O grande articulador era Fernando Henrique. A equipe se esforçou e conseguiu manter integridade conceitual e unidade, que é tudo o que os técnicos devem fazer. E deixar o

Fernando Henrique articular, que era um talento espetacular para isso. Fazer a costura uma de cada vez, com o presidente Itamar, com os outros ministros, com o Legislativo, as lideranças do PSDB, as outras lideranças do Congresso. Não havia bala de prata que trouxesse todo mundo para dentro. Pelo contrário, estava todo mundo meio contra, dizendo que não poderia haver pacote, congelamento. Estavam todos traumatizados pelo confisco do Plano Collor. A inflação roubava um pouquinho das pessoas todos os dias, mas elas não sentiam.

## Qual foi o pior e o melhor momento do Plano Real?

Foi a reunião de 28 de fevereiro de 1994, chamada pelo presidente Itamar, com alguns ministros, para bater o martelo na medida provisória 434. Era o vai ou racha e, anteriormente, já tínhamos feito as malas várias vezes. Mas nesse momento tínhamos a MP pronta para ser assinada. Era um domingo e como assessores Fernando Henrique levou só a mim e o Murilo Portugal. Ficamos na antessala. Quando começou a reunião, Fernando Henrique chamou o Murilo e depois me chamou, eu voltei. Na terceira vez ele achou melhor ficarmos lá. Tive o privilégio raro de assistir a uma reunião ministerial, onde foi batido o martelo do Plano Real. A MP foi para o Diário Oficial, sem nenhum jabuti. Para garantir isso, nessa reunião que durou do meio-dia às oito da noite, o Fernando Henrique pediu demissão três vezes.

**Pediu demissão três vezes,**



Divulgação

## conte mais detalhes disso.

Levantava da mesa e dizia, "assim não dá, não quero, vamos embora. Façam vocês o que vocês querem fazer". O primeiro pedido de demissão foi na discussão da conversão dos salários pelo pico. O segundo foi salário mínimo de US\$ 100. E terceiro foi no congelamento de preços. Se tivesse qualquer um dos três, não tinha plano. O ministro foi absolutamente firme e nas três vezes conseguiu convencer o presidente a seguir o caminho que ele propunha. Depois voltamos para o ministério, festejamos e pensamos que iríamos ter, nos seis meses seguintes, os piores em matéria de trabalho. Mas pensamos que iria ser muito legal, como de fato foi.

## E hoje olhando para tudo isso, o que deu certo e o que deu errado no plano?

É difícil dizer o que foi ruim. Tínhamos uma inflação de 50% ao mês em junho de 94, último mês da URV, ou 12.500% ao ano. Em julho a inflação foi de 6,8% ao mês, 120% ao ano. Nos primeiros 12 meses da nova moeda, concluídos em julho de 95, a taxa acumulada foi de 33%. Em meados de 97, a inflação caiu abaixo de 10% ao ano no acumulado de 12 meses. E no final de 97, caiu abaixo de 5% ao ano. Em 98 a inflação foi de 1,6%. Quando me perguntam onde é que eu faria diferente, ou sobre algum erro... Desculpa, me explique o que poderia ser melhor do que isso.

## Alguns criticaram a duração que teve a âncora cambial. Por que defendeu o mecanismo por tanto tempo?

À luz dos números que acabei de citar, acho que eu tinha razão. Se fosse diferente os números

não seriam esses. Então, quem tivesse outra fórmula melhor é só dizer como é que teria sido melhor. No assunto da política cambial, assim como no assunto mais contemporâneo da política monetária, sempre há uma discussão de dosagem. Me acusam de ter usado a política cambial numa dosagem exagerada, mas a política fiscal não foi a ideal. Tenho a sensação de que, ao longo do tempo, a gente fez as melhores escolhas, que são sempre em condições ruins em Brasília. E nós tomamos decisões que deram certo em condições muito ruins.

## A que condições ruins o senhor está se referindo?

Não havia apoio popular e a má vontade era gigantesca. Os tribunais hostis, os políticos desconfiados, todo mundo com seus piores instintos à flor da pele. Isso foi o que a gente

enfrentou. Foram condições difíceis e os resultados foram excelentes.

## Em sua opinião, o que foi determinante para o sucesso do real?

Alteramos a lógica da governança da moeda e isso era fundamental para estabelecer o real, a solidez da moeda. Foi necessário esvaziar o Conselho Monetário Nacional (CMN), que era o órgão irradiador das decisões. Então, o CMN saiu de cena e entrou o Copom, que hoje é o órgão poderoso da política monetária. Funciona, mantém a inflação sob controle e com um regime muito transparente. Ou seja, não é mais o Plano Real.

## O Plano Real acabou?

O Plano Real foram os primeiros 5, 10 anos do padrão monetário. Agora estamos comemorando 30, mas o Plano Real ficou para trás. Ele teve uma primeira etapa, a da URV, e depois um segundo momento, quando levou a inflação de 120% para 1,5%, durante a fase âncora cambial e juro alto. Em 99, passamos do bastão para a política de metas. Naquele momento, a inflação já estava pequenininha e a experiência de inflação baixa já tinha desintoxicado o organismo econômico.

## Na discussão entre dolarização e a manutenção de uma moeda própria, o senhor defendeu a moeda própria?

Sim, porque naquele momento isso era importante para nós. A oposição, crente de que a gente ia dolarizar a economia, estava pronta para atacar esse aspecto. Diziam que íamos entregar a moeda aos interesses estrangeiros. Era uma batalha em torno do simbólico. Mas havia outra fórmula para fazer a mesma coisa, que foi a URV e que deu muito certo.

## O que faltou fazer para que o País tivesse um crescimento sustentável?

Muito francamente, não sei se consigo responder isso. Como médico especializado em hiperinflação, sei responder como combater esta doença. Sei o que faz bem à saúde genericamente, que são as reformas. Agora, a pessoa que cura doenças graves não é necessariamente a melhor para treinar um atleta. Queremos que o Brasil seja atleta olímpico, que esteja entre os que mais crescem no mundo. Então, sim, é mais ou menos isso, a agenda das reformas. Há especialistas nisso e a gente deve ouvi-los para fazer esses planos irem para frente.

## INOVAÇÕES

# Braskem registra prejuízo de R\$ 1,3 bilhão

A Braskem reportou no primeiro trimestre de 2024 um prejuízo líquido de R\$ 1,39 bilhão, maior ante perdas de R\$ 242 milhões no mesmo período de 2023. O resultado foi melhor na comparação com os três meses imediatamente anteriores, quando havia apurado prejuízo de R\$ 1,751 bilhão, de acordo com o balanço trimestral divulgado pela empresa.

Se considerado o prejuízo líquido atribuído aos acionistas da companhia, o resultado do período é de R\$ 1,345 bilhão, revertendo o lucro de R\$ 184 milhões no intervalo de janeiro a março de 2023. O prejuízo para o início de 2024, contudo, é 15% menor ante as perdas de R\$ 1,575 bilhão apuradas no quarto trimestre do ano passado.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recorrente atingiu R\$ 1,140 bilhão no período, alta de 7% ante um ano. No intervalo trimestral, por sua vez, foi registrado avanço de 9%.

A Braskem aponta que o avanço sequencial no Ebitda foi provocado pelo aumento nos spreads (margens) de polietileno (PE), polipropileno (PP) e principais químicos no mercado internacional.

A receita líquida, por sua vez, somou R\$ 17,920 bilhões, queda de 8% ante um ano e avanço de 7% na comparação com os três meses imediatamente anteriores.

A Braskem apresentou soluções inovadoras na 29ª edição da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), um dos principais eventos de tecnologia agrícola na América Latina. E entre os destaques da companhia estão as soluções para irrigação por gotejo para grãos e cana-de-açúcar, o silo-fardo (Wrap) e as novas sacarias e "big bags" com conteúdo reciclado Wenew.

A feira reuniu cerca de 195 mil visitantes no Centro de Exposições de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, entre os dias 29 de abril e 3 de maio. A Braskem marcou presença no evento com um estande de 600 m² e soluções ideais para proteger os cultivos e desenvolver as plantações. Tal iniciativa da companhia faz parte da sua busca constante pela maior eficiência no setor agrícola brasileiro.

"É uma grande oportunidade para o setor mostrar o que há de mais novo e sustentável no mercado. Ao desenvolver soluções inovadoras no

agronegócio, a Braskem contribui para o aumento da produção no campo, a redução das perdas, o uso de forma eficiente dos recursos hídricos, a otimização do uso de insumos, além da melhoria nas condições de vida e no trabalho como um todo", diz Ana Paiva, Líder de Segmento de Plasticultura na Braskem.

O sistema de irrigação por gotejamento permite irrigar as culturas com mais assertividade, o que diminui o desperdício de água. Ele proporciona ainda a redução dos custos por tonelada produzida e os riscos operacionais, o que viabiliza o plantio em ambientes com solos desfavoráveis. Além disso, o gotejamento pode ser utilizado em diversas culturas, desde hortifrutis até cana-de-açúcar ou grãos.

Outro destaque foi o filme plástico para silo-fardo (Wrap). O produto tem alta aderência e protege a silagem de pré-secado que será utilizada na alimentação do gado de leite e corte. Tal solução consegue manter o valor nutricional do alimento por até 12 meses e é de fácil transporte/movimentação. Outra vantagem é que não gera custos com armazenagem, já que pode ficar dire-



Divulgação

Braskem: o Ebitda recorrente atingiu R\$ 1,140 bilhão no período, alta de 7%

tamente no campo.

A Braskem também trouxe inovações em "big bags" e sacarias, ambas produzidas com conteúdo reciclado, sendo destinadas para fertilizantes. As sacarias do tipo "form, fill & seal" e as valvuladas, produzidas pela FFS Filmes, marcam presença e são produzidas em polietileno com 20% de resina

reciclada pós-consumo, sendo oriundas de embalagens flexíveis. Elas são ideais para o armazenamento dos fertilizantes industriais, o que garante os requisitos mecânicos para o transporte seguro dos produtos.

Estima-se que a resina utilizada nesta sacaria reduza em 11% a emissão de CO 2

, quando comparado com a mesma solução de origem fóssil. Outro atributo da embalagem é ser monomaterial, facilitando a reciclagem. "Para a FFS, é muito importante apresentar esta solução na Agrishow e mostrar como, em parceria, é possível desenvolver soluções mais sustentáveis e que mantenham a qualidade e os requisitos técnicos necessários para os nossos clientes", completa Alfredo Schmitt, diretor da FFS Filmes.

Além das sacarias, também estão expostas as "big bags" de rafia produzidas com polipropileno reciclado pós-consumo da Wenew. Elas são indicadas para o armazenamento e transporte de fertilizantes e adubos, sendo validadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

"O agronegócio é uma das principais frentes de trabalho da Braskem. Ao participar desta feira, queremos incentivar a plasticultura no Brasil e nos aproximar dos agricultores", afirma Ana Paiva, acrescentando que a companhia conta ainda com a Fazenda Braskem, um espaço virtual e interativo que permite ao público conhecer mais sobre as soluções plásticas da companhia de forma interativa e divertida.

## MELHORIAS

# Telefónica apresentou lucro de 532 milhões de euros no trimestre

A Telefónica reportou sólidas taxas de crescimento no primeiro trimestre do ano, com receitas aumentando 0,9%, para 10.140 milhões de euros, impulsionadas pela alta de 2,3% no serviço

**A** Telefónica divulgou na quinta-feira (9) que teve lucro líquido de 532 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, 78,9% maior do que o ganho apurado em igual período do ano passado. O valor ficou bem acima do consenso dos analistas, de lucro de 388 milhões de euros.

A receita da companhia de telecomunicações espanhola teve alta anual de 0,9% entre janeiro e março, para 10,14 bilhões de euros, e ficou levemente acima da expectativa, de 10,07 bilhões de euros.

Já o lucro operacional antes de depreciação e amortização (Ebtida) da Telefónica somou 3,21 bilhões de euros no trimestre, uma alta de 1,9% na comparação e acima do consenso de 1,18 bilhões de euros.

Neste primeiro trimestre de implementação do plano GPS (Crescimento, Rentabilidade e Sustentabilidade), a empresa deu continuidade à evolução da sua atividade comercial e registou sólidas taxas de crescimento e rentabilidade, bem como progressos na estratégia de sustentabilidade. Tudo isto permitiu ao Grupo confirmar os objetivos financeiros definidos para o ano.

"Começamos o ano com um sólido fortalecimento do nosso negócio, apoiado na implementação do nosso novo roadmap, o plano estratégico GPS que guiará a Telefónica até 2026. As receitas



José María Álvarez-Pallete: "começamos o ano com um sólido fortalecimento do nosso negócio, apoiado na implementação do nosso novo roadmap"

estão melhorando, a atividade comercial está melhorando e a qualidade do serviço que prestamos aos nossos clientes e a sua satisfação também está a melhorar. A Telefónica está avançando continuamente no ano do seu centenário com nossos princípios de integridade, compromisso e transparência, gerando valor para os acionistas", disse o presidente da Telefónica, José María Álvarez-Pallete.

No que diz respeito às metas

para 2024, a empresa espera um crescimento das receitas em torno de 1%, crescimento do EBITDA entre 1% e 2% e fluxo de caixa operacional (EBITDAaL-CapEx) também entre 1% e 2%. Além disso, prevê um rácio CapEx sobre receitas de até 13% e um aumento do FCF superior a 10%.

Relativamente à remuneração acionista para 2024, a empresa pagará um dividendo em dinheiro de 0,30 euros por

ação em duas tranches, em dezembro de 2024 (0,15 euros) e em junho de 2025 (0,15 euros). Além disso, é complementado por uma redução do capital social através do cancelamento de 80,3 milhões de ações próprias da empresa em abril de 2024.

A Telefónica reportou sólidas taxas de crescimento no primeiro trimestre do ano, com receitas aumentando 0,9%, para 10.140 milhões de euros, impul-

sionadas pelas receitas de serviço (+2,3%).

Do total das receitas, 61% vieram do mercado residencial (B2C), 22% do segmento empresarial (B2B), e os 17% restantes vieram do atacado, parceiros e outras receitas.

O resultado operacional antes da depreciação e amortização (EBITDA) fortaleceu a rentabilidade do Grupo, mais do que duplicando as receitas no primeiro trimestre. Especifi-

camente, aumentou 1,9% para 3.205 milhões de euros.

Neste contexto, e como prova da qualidade superior da infra-estrutura de rede nacional da Telefónica e confirmando a confiança que os parceiros têm na sua capacidade de fornecer serviços de alta qualidade através dessa infra-estrutura, a empresa assinou um memorando de entendimento não vinculativo com a DIGI para um acordo de rede móvel de longo prazo. Os termos e condições são acordados em princípio, e espera-se a conclusão deste acordo, sujeito à documentação final definitiva em formato longo, nas próximas semanas.

O CapEx atingiu 1.056 milhões, um aumento de 2,7%, elevando o índice CapEx sobre receitas para 10,4%, totalmente alinhado com a meta de até 13% até o final de 2024.

A Telefónica Tech iniciou o ano com um sólido crescimento de receitas. A unidade de negócios digital e de tecnologia da Telefónica reportou receitas de 476 milhões de euros, 11% a mais em comparação com o primeiro trimestre de 2023.

A Telefónica Infra, como plataforma de conectividade global, encerrou o trimestre com 22 milhões de instalações transitadas pelos diversos veículos de fibra e com mais de 100.000 km de conectividade internacional via cabo submarino. A Telxius, operadora de cabo, manteve o seu elevado índice de rentabilidade no trimestre.

## VARIAÇÃO CAMBIAL

## Minerva registrou prejuízo de R\$ 186 milhões no 1º trimestre

A Minerva Foods registrou prejuízo líquido de R\$ 186,2 milhões no primeiro trimestre de 2024. O valor representa reversão do lucro de R\$ 114 milhões reportado em igual período de 2023. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 628,9 milhões, alta de 18,2% sobre os R\$ 531,9 milhões verificados no mesmo

intervalo do ano anterior. A margem Ebitda foi de 8,8%, ante 8,3% no primeiro trimestre de 2023.

A receita líquida obtida de janeiro a março somou R\$ 7,187 bilhões, 12,6% a mais que a de R\$ 6,381 bilhões dos três primeiros meses do ano anterior, segundo a empresa. "Ainda que a sazonalidade de início de ano esteja presente,

tivemos uma ótima recuperação do nível de receita, demonstrando a solidez e a atratividade do mercado", disse o diretor presidente da Minerva, Fernando Galletti de Queiroz, na mensagem que acompanha os resultados.

Segundo a Minerva o resultado líquido negativo se deveu ao "efeito não-caixa da variação cambial". "Excluindo-se tal

efeito, o resultado líquido no trimestre alcança aproximadamente R\$ 79,8 milhões", disse a companhia no release de resultados divulgado na quarta-feira (8), depois do fechamento do mercado.

As exportações representaram 64% da receita bruta da Minerva no primeiro trimestre, ou R\$ 4,476 bilhões, enquanto o mercado interno foi respon-

sável por R\$ 3,213 bilhões, com aumento de 26,1% ante igual período de 2023. Já a receita com os embarques aumentou apenas 5,1%.

A Minerva cita um horizonte "promissor" no mercado internacional em 2024. "Em um de seus piores ciclos pecuários, os Estados Unidos se destacam como importante mercado importador devido à forte restrição de oferta que o país vive, e que ainda deve permanecer por vários trimestres", disse o diretor presidente.

A Minerva também informou que o volume de vendas subiu 20,1%, passando de 288,2 mil toneladas para 346,1 mil toneladas. No primeiro trimestre de 2024, o volume con-

solidado de abate de bovinos totalizou 1,03 milhão de cabeças, aumento de 23% comparado ao igual período de 2023. "A América do Sul se destaca pela ótica da oferta, beneficiando-se da conjuntura atual de ciclo bovino, com números de abate brasileiro alcançando recordes nesses primeiros meses do ano", afirmou Galletti de Queiroz.

A dívida líquida da Minerva cresceu 16,7% na comparação ano a ano, para R\$ 8,995 bilhões ao fim do primeiro trimestre de 2024. O índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) ficou em 2,8 vezes, superior a um ano antes, quando o índice era de 2,6 vezes.

## PELO MUNDO

## MUDANÇAS

por Suelen Escariz



Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, servidora pública no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)

**HÁ AQUELES QUE REPARAM** nas mudanças das estações, ainda que no Brasil não haja tanta diferença, especialmente do Rio de Janeiro, de onde escrevo, estar atento ao que a natureza "fala" ajuda em muitas decisões e também ajuda a perceber que existem ciclos e fases diferentes.

**NÃO ADIANTA DAR LUGAR À** saudade, ela costuma idealizar muito o passado. Muito menos dar lugar à ansiedade, que prevê um futuro muito pessimista.

**VALE OLHAR PARA O PRESENTE** com saudade e esperar o melhor da nova fase que se inicia. Compreendendo que desafios fazem parte das transições e completam o quadro da vida.

**CONQUISTAS, NOVAS ESCOLHAS,** um salto de fé, mudanças de rota,

retorno, sonho realizado são tantas as possíveis nomenclaturas, mas de qualquer forma, as mudanças podem ser encaradas com uma boa perspectiva, mesmo aquelas que não foram desejadas/planejadas.

**A FORMA COMO OLHAMOS** para onde estamos vai influenciar completamente o que virá, porque parte dos acontecimentos ficam atrelados às emoções que depositamos enquanto esperamos que eles aconteçam.

**MUDANÇAS IMPLICAM** abstenção, algum desconforto, alteração na rotina, mas também produzem maiores aprendizados, um desaparego material, um novo olhar sobre a mesma vida, agora, em novas circunstâncias.

**A DECISÃO DE MUDAR É A** parte mais difícil, depois, tudo vai se encaixando. As coisas, os acontecimentos e nós.

**SORRISOS COM LÁGRIMAS** de felicidade, lágrimas de saudade que regam o novo jardim. A certeza de ter feito a escolha certa, mesmo quando os desafios aparecem.

**A CORAGEM PARA MUDAR NÃO** é para todos, mas aqueles que conseguem, percebem que vale muito mais a pena seguir o caminho, do que reclamar todos os dias do que não pode mudar.

**NESSOS MOMENTOS, TANTO DA** mudança em si, quanto de decidir mudar, é fundamental conhecer o propósito de vida.

**AQUELE QUE SABE O PROPÓSITO** que carrega, dificilmente se perde na trajetória, continua todos os dias com a certeza de que vai valer a pena, mesmo quando se sente contrariado. Mesmo quando a espera é longa!

**O TEMPO NÃO RESPONDE,** mas quando ele passa, as respostas chegam. E é ainda melhor quando as respostas nos alcançam antes mesmo que o tempo passe. É mais leve dar um passo quando se sabe onde está indo, mesmo que pareça estar indo em sentido contrário.

**2024 SE APROXIMA DA METADE,** e já é um ano de muitas mudanças, grandes realizações e ensinamentos. A vida é sempre repleta de motivos para agradecer e também novos aprendizados.

**VALE A PENA PENSAR QUAIS** resoluções de fim de ano já foram alcançadas, com a certeza de que a realização de sonhos não fica restrita a um só ano. Se não desistir, pode até passar uma década ou mais, o sonho vai se realizar.

INSTAGRAM: @SUELLENESCARIZ

ARMAS NUCLEARES

# Putin afirma que Rússia está pronta para guerra mundial

O presidente disse que a Rússia fará todo o possível para evitar um confronto global, mas não permitirá ameaças e as forças estratégicas nucleares estão sempre em alerta



O presidente russo, Vladimir Putin, comandou o desfile militar de 9 de maio na Praça Vermelha para celebrar o Dia da Vitória, com a participação de mais de 9.000 militares

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, advertiu na quinta-feira, 9, durante a celebração dos 79 anos da vitória soviética contra os nazistas que as armas nucleares de Moscou estão "sempre em alerta", em meio a um momento de tensão com o Ocidente por conta da guerra da Rússia contra a Ucrânia, que já dura mais de 2 anos, sinalizando que o país está pronto para uma nova guerra mundial.

O presidente russo comandou o desfile militar de 9 de maio na Praça Vermelha para celebrar o Dia da Vitória, com a participação de mais de 9.000 militares,

segundo a imprensa russa, além de veículos blindados e outros equipamentos militares.

"A Rússia fará todo o possível para evitar um confronto global, mas, ao mesmo tempo, não permitiremos que ninguém nos ameace. Nossas forças estratégicas (nucleares) estão sempre em alerta", disse.

Com os batalhões marchando e Moscou exibindo o seu equipamento militar, o céu clareou brevemente para permitir um sobrevoo de aviões de guerra, alguns dos quais deixavam um rastro de fumaça nas cores branca, vermelha e azul da bandeira russa.

Em outro sinal de ruptura cada vez mais profunda com o

Ocidente, Putin ordenou recentemente exercícios nucleares táticos com a participação das tropas mobilizadas nas imediações da fronteira com a Ucrânia, em resposta às "ameaças" ocidentais contra a Rússia.

Mísseis balísticos intercontinentais Yars com capacidade nuclear foram enviados para a Praça Vermelha, sublinhando a sua mensagem

Na quinta-feira, Putin acusou o Ocidente de querer "esquecer as lições" da 2ª Guerra Mundial e afirmou que a Rússia rejeita "a pretensão de exclusividade" de qualquer governo ou aliança.

Em seguida, ele destacou que Moscou, em pleno conflito

na Ucrânia, vive um "período difícil". "O destino da pátria e seu futuro dependem de cada um de nós", disse, antes de recordar os "heróis" que lutam por Moscou na frente de batalha.

Putin, 71 anos, apresenta a guerra na Ucrânia como um conflito existencial para seu país, em uma luta contra um governo ucraniano que ele descreve como "neonazista".

O chefe de Estado recorre há muito tempo à memória da 2ª Guerra Mundial, quando 27 milhões de pessoas morreram do lado soviético, para se apresentar como herdeiro da União Soviética e legitimar o próprio poder.

O desfile de 2023 foi muito

mais modesto que nos anos anteriores, com poucos equipamentos modernos e uma grande mobilização das tropas russas em larga escala na frente de batalha. A Rússia havia sofrido uma série de reverses no conflito

Um ano depois, a situação é muito diferente: o Exército russo está em um momento favorável, com ganhos territoriais contra as tropas ucranianas, que sofrem com escassez de armas para a continuação da guerra.

A contraofensiva de Kiev fracassou e agora é a Ucrânia que teme que o oponente, que tem mais soldados, equipamentos e munições, além de uma indústria militar maior, inicie uma ope-

ração em larga escala no verão (inverno no Brasil).

Desde o início do ano, a Rússia aproveitou o momento positivo no campo de batalha para atacar de forma mais forte os territórios de Kiev. Durante o inverno, a Rússia aumentou ataques contra a infraestrutura civil ucraniana com bombas planadoras, menos sofisticadas, baratas e difíceis de interceptar, mísseis balísticos de curto alcance e drones como estratégia para testar as defesas de Kiev e aumentar a destruição.

Na quinta-feira, duas pessoas morreram em bombardeios russos em Nikopol, no sul da Ucrânia, segundo as autoridades locais. Na quarta-feira, 8, a Ucrânia impôs restrições ao fornecimento de energia e alertou para possíveis apagões após um ataque em larga escala de Moscou, que contou com dezenas de mísseis e drones e atingiu a infraestrutura elétrica de Kiev.

Moscou se aproveitou de um período de estagnação no envio de armas do Ocidente para a Ucrânia. Contudo, o Congresso americano conseguiu aprovar no mês passado, apesar da resistência dos republicanos, um pacote econômico e militar para Kiev, com material de defesa e de ataque.

O desfile na Praça Vermelha de Moscou foi afetado pelas consequências diplomáticas e de segurança da guerra à Ucrânia. Putin, isolado no cenário internacional, estava acompanhado na quinta-feira apenas por alguns chefes de Estado de aliados próximos.

Os governantes de Belarus, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Turcomenistão e Cuba compareceram ao evento, segundo o Kremlin.

Alguns desfiles também foram cancelados por motivos de "segurança", em particular nas regiões de Kursk, perto da fronteira ucraniana, e de Pskov, próximo da Estônia.

Desde o início da guerra, a Ucrânia tem operado dentro do território russo, com ataques de drones, sabotagens e incursões militares como a explosão em outubro de 2022 em uma ponte construída por Moscou que liga o território russo a Crimeia, ocupada pela Rússia desde 2014, ou a morte de Daria Dugina, filha de Alexander Dugin, um dos aliados mais próximos do presidente da Rússia, Vladimir Putin, que teve seu carro explodido em uma estrada próxima de Moscou em agosto de 2022.

CUSTO AMBIENTAL

# Malásia vai doar orangotangos para os países que comprarem seu óleo de palma

A Malásia anunciou que doará orangotangos para países que comprarem o seu óleo de palma. O anúncio foi feito por Johari Abdul Ghani, ministro das plantações e commodities do país, durante um fórum de biodiversidade promovido pela Fundação para a Conservação Verde do Óleo de Palma da Malásia. O país é um dos maiores produtores do óleo, ao lado da Indonésia. Juntos, os dois somam quase 90% da produção mundial.

Orangotangos são uma espécie em extinção. A medida foi criticada pelo grupo ambientalista Justice for Wildlife Malaysia, segundo o jornal The Guardian. Eles defendem a adoção de medidas diplomáticas alternativas, informa a publicação.

O óleo de palma é o óleo vegetal mais produzido e consumido no mundo. Conhecido no Brasil como azeite de dendê, é o produto usado em muitos produtos, sobretudo em alimentos industrializados, margarinas e até em sorvetes. A gama de sua aplicação é grande também nas indústrias química, cosmética, farmacêutica e na produção de biocombustíveis. Porém,

especialistas criticam o alto custo ambiental, apontando que o plantio e cultivo da planta que produz o óleo provoca desmatamentos e degradação.

Em postagem feita nas redes sociais, o ministro diz que "muitos dos parceiros comerciais do mundo estão cada vez mais preocupados com o impacto dos produtos agrícolas no clima". Segundo o texto, a "diplomacia do orangotango" provará à comunidade mundial que a Malásia mantém sempre um equilíbrio entre a satisfação das necessidades de segurança alimentar e a proteção do ambiente.

Ghani afirma que essa estratégia é uma "dádiva" para os parceiros comerciais e para as relações externas, especialmente com os principais países importadores, tais como China, Índia e nações integrantes da União Europeia. O bloco adotou uma lei antidesmatamento que veta compra de produtos de empresas responsáveis por danos ambientais, medida que é alvo de críticas do país asiático.

"A Malásia não deve adotar uma abordagem defensiva em

relação à questão do óleo de palma; em vez disso, temos de mostrar ao mundo que a Malásia é um produtor de óleo de palma capaz e empenhado em proteger as florestas e a preservação natural", diz a postagem do ministro.

Ele fez um apelo para que as principais empresas produtoras de óleo de palma colaborem com organizações não governamentais (ONG) para "proteger, nutrir e educar os nossos vizinhos de todo o mundo", fornecendo simultaneamente conhecimentos técnicos sobre as espécies selvagens emblemáticas da Malásia.

"Esta será uma manifestação da forma como a Malásia preserva as espécies selvagens e mantém a resiliência das nossas florestas, especialmente na paisagem das plantações de óleo de palma", diz o texto.

A postagem não diz como essa "diplomacia do orangotango" será adotada, e nem quantos animais serão dados de presente para os importadores do produto.

O óleo de palma tem um perfil único de gordura e é muito



Ghani afirma que essa estratégia é uma "dádiva" para os parceiros comerciais

utilizado em frituras em escala industrial. No Brasil, ele é conhecido como óleo de dendê e é muito utilizado em receitas, sobretudo em iguarias da culinária baiana tais como vatapás e acarajés.

Uma das ações mais contundentes veio da União Europeia,

que aprovou uma lei para combater o risco de desmatamento e degradação florestal associados a produtos importados ou exportados da União Europeia, mais conhecida como lei anti-desmatamento. Ela entrou em vigor em 29 de junho de 2023. A lei preconiza que a empre-

sas europeias são obrigadas a fiscalizar suas cadeias de suprimento para garantir que os insumos usados na produção de seus produtos não estejam ligados às ações de desmatamento, medida que afeta não somente a Malásia mas vários países, inclusive o Brasil.

Os países afetados - incluindo o Brasil - afirmam que a medida tem caráter punitivo e discriminatório. Em setembro de 2023, foi encaminhada uma carta conjunta de 17 países em desenvolvimento a respeito da medida.

A Malásia chegou a entrar com uma queixa na OMC (Organização Mundial do Comércio) em uma disputa sobre biocombustíveis. Em março deste ano, a OMC emitiu um relatório final sobre a contenda e ambos os lados (União Europeia e Malásia) consideram que saíram vitoriosos da disputa. "Esta decisão da OMC demonstra que as alegações de discriminação da Malásia são de fato justificadas. Isto justifica a busca da Malásia por justiça para os nossos comerciantes, empresas e funcionários de biodiesel", afirma o governo da Malásia em nota.

## RESPOSTA

# Netanyahu diz que lutará sozinho contra o Hamas

A preocupação com os impactos da ofensiva no sul de Gaza levou o presidente dos EUA, Joe Biden, a cortar o suprimento de alguns itens militares para Israel

**A**utoridades de Israel afirmaram na quinta-feira que pretendem seguir com a operação em Rafah, cidade no sul de Gaza, para atingir seus objetivos militares, apesar da pressão dos Estados Unidos para que a ofensiva seja interrompida.

Ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant alertou "inimigos e amigos" durante discurso na quinta-feira de que o "Estado de Israel não será subjugado" e "permanecerá firme" em alcançar seus objetivos ao atacar o Hamas, na Faixa de Gaza, e o Hezbollah, no Líbano. "Qualquer que seja o custo, vamos garantir a existência de Israel", afirmou Gallant, segundo vídeo divulgado nas redes sociais.

Outra autoridade sênior israelense revelou a Reuters, sob anonimato, que a última rodada de negociações para um cessar-fogo terminou e que Israel continuará sua operação em Rafah e outras partes da Faixa de Gaza, como planejado.

As afirmações ocorrem em meio à pressão internacional para interromper a ofensiva, diante de alertas da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre possíveis consequências "desastrosas" para os 1,5 milhão de palestinos refugiados na região.

A passagem de Rafah na fronteira com o Egito, maior ponto de entrada para ajuda humanitária, está fechada desde que o Exército israelense tomou controle pelo lado de Gaza na terça-feira e diversos palestinos relataram à Associated Press que não têm para onde se deslocar. A guerra já matou cerca de 34,8 mil palestinos, a maior parte mulheres e crianças, segundo o Ministério da Saúde de Gaza.

A preocupação com os impactos da ofensiva no sul de Gaza levou o presidente dos EUA, Joe Biden, a cortar o suprimento de alguns itens militares para Israel. Na quinta, o governo americano renovou o alerta, afirmando que estenderá a pausa



Benjamin Netanyahu: "hoje somos mais fortes. Estamos determinados e unidos para derrotar nossos inimigos e aqueles que querem nos destruir"

de assistência militar e que continuar a operação em Rafah pode dar uma "vitória estratégica para o Hamas", se Israel não interromper a ofensiva.

Em postagem no X, antigo Twitter, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, reproduziu um discurso realizado no "Dia da Independência", em aparente resposta à iniciativa norte-americana. "Hoje somos mais fortes. Estamos determinados e unidos para derrotar nossos inimigos e aqueles que querem nos destruir. Se precisarmos fazê-lo sozinhos, faremos sozinhos", disse.

Biden alertou que deixará de fornecer projéteis de artilharia e outras armas ofensivas para Israel se Netanyahu lançar uma ofensiva em larga escala em Rafah, na Faixa de Gaza. É a primeira vez em sete meses de guerra que ele impõe publicamente condições para o apoio militar de Washington a Tel-Aviv.

"Deixe claro que se eles entrarem - ainda não entraram em

Rafah - não fornecerei as armas que foram usadas historicamente para lidar com Rafah", disse.

Biden considerou que as ações lançadas por Israel estão focadas na passagem de Rafah, na região de fronteira - o que causa problemas com o Egito -, mas que a linha vermelha seria uma ofensiva em áreas densamente povoadas. A cidade abriga mais de 1 milhão de palestinos deslocados pelo conflito.

"Deixei claro a Bibi e ao gabinete de guerra que eles não vão ter o nosso apoio se de fato atacarem estes centros populacionais", disse Biden referindo-se ao apelido do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu. "É simplesmente errado. Não fornecerei armas e projéteis de artilharia."

O presidente enfatizou, no entanto, que continuaria apoiando com armas defensivas como interceptadores de mísseis para o Domo de Ferro, sistema desenvolvido pelos EUA para proteger Israel de ataques dos inimigos regionais como o Irã.

A entrevista foi divulgada depois que o Secretário de Defesa Lloyd Austin admitiu a retenção, na semana passada, de 3.500 bombas que seriam enviadas a Israel por preocupações com a operação em Rafah. Questionado sobre a decisão, Biden reconheceu que armas americanas mataram palestinos inocentes: "Civis foram mortos na Faixa de Gaza como consequência dessas bombas."

O presidente enfrenta crescente pressão dentro dos Estados Unidos pelo apoio até então irrestrito a Israel durante a guerra em Gaza. O conflito foi desencadeado pelo ataque terrorista do Hamas, que matou 1,2 mil pessoas e levou cerca de 250 como reféns. Do lado palestino, o número de mortos passa de 34 mil, segundo o ministério da Saúde local, controlado pelo Hamas.

Principal aliado de Israel, os Estados Unidos vinham alertando para o drama humanitário no enclave palestino e fize-

ram repetidos apelos contra a invasão da cidade de Rafah. Israel, por outro lado, afirma que a cidade, na fronteira com o Egito, é o último reduto importante do Hamas e que a operação é necessária para eliminar o grupo terrorista.

As ações de Israel nos últimos dias elevaram as preocupações com a anunciada invasão em larga escala. Na segunda-feira, o Exército ordenou o deslocamento de 100 mil pessoas e disse ter atingido alvos do Hamas na cidade. Na terça, as forças israelenses tomaram a passagem de Rafah, na fronteira entre o Egito e Gaza, bloqueando um dos principais acessos para ajuda humanitária no enclave.

Biden e seus principais aliados têm concentrado os esforços nas negociações por um cessar-fogo, mediado com apoio do Egito e Catar. Diplomatas e pessoas familiarizadas com as discussões, contudo, afirmam que as chances de se alcançar um acordo estão diminuindo.

## INFLAÇÃO

## BoE mantém juros em 5,25% pela sexta vez consecutiva

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) decidiu manter sua taxa básica de juros pela sexta vez consecutiva, em 5,25%, após concluir reunião de política monetária na quinta-feira (9). A decisão do BoE veio em linha com a expectativa de analistas.

Segundo ata da reunião, sete dos nove dirigentes de política monetária do BC inglês votaram pela manutenção do juro básico. Os dissidentes foram Swati Dhingra e Dave Ramsden, que defenderam corte do juro básico em 25 pontos-base, para 5%.

Em relatório à parte, o BoE elevou sua projeção para o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) do Reino Unido em 2024, de 0,25% para 0,50%. A instituição estima que a economia britânica cresceu 0,4% no primeiro trimestre do ano e deverá ter expansão de 0,2% neste segundo trimestre.

O BoE também projeta que a inflação anual britânica diminuirá para 1,9% no segundo trimestre de 2026 se a autoridade monetária começar a reduzir juros este ano. Um ano depois, no segundo trimestre de 2027, a previsão é e que a inflação esteja em 1,6%.

Em março, a taxa anual da inflação ao consumidor britânico ficou em 3,2%. A meta de inflação do BoE é de 2%.

O presidente do BoE, Andrew Bailey, não descartou a possibilidade de um corte de juros na próxima reunião de junho. Segundo ele, a decisão para a próxima reunião está "bem incerta", e depende das próximas duas leituras de inflação do Reino Unido que serão divulgadas antes do encontro.

Bailey afirmou, durante coletiva de imprensa, que é preciso que os dados venham de acordo com o previsto para que o comitê avalie a possibilidade de persistência da inflação. Nos meses anteriores, ele destacou que as leituras vieram de acordo com o esperado, e "a ausência de surpresas é um bom sinal para ganhar confiança na inflação".

O banqueiro central prevê agora que a alta de preços deve desacelerar em ritmo levemente mais rápido do que no primeiro trimestre e voltar à meta de 2% em um futuro próximo.

O presidente do BoE disse que a autoridade monetária do Reino Unido não depende, tampouco leva em conta, o momento que sua contraparte norte-americana, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), cortará juros. "Não estamos esperando o Fed cortar juros primeiro, nossa decisão depende dos dados exclusivamente."

Após deixar seu juro básico inalterado, o líder do BoE destacou que a dinâmica da inflação do Reino Unido é diferente da dos EUA, embora o mercado britânico tenha olhado muito mais para a dinâmica de juros americana do que para a local.

Enquanto isso, o dirigente do BoE Ben Broadbent reconheceu que os juros nos Estados Unidos precisam estar "mais restritivos" do que no Reino Unido.

O presidente do BoE espera que as taxas de juros caiam abaixo da expectativa do mercado nos próximos trimestres, e fiquem "menos restritivas do que o esperado". O líder do BC britânico disse, em coletiva após decisão que manteve as taxas inalteradas, que a política monetária deve ser flexibilizada já nos próximos trimestres, e mesmo após um "pequeno corte de juros", a política continuará restritiva.

Bailey pontuou que os choques globais que elevaram a inflação no Reino Unido agora se dissiparam, e a inflação parece caminhar para a meta já nos próximos meses.

Ainda assim, ele ressaltou que "não é hora de cortar os juros" e que, antes, é preciso analisar os próximos dados de inflação.

## MANUTENÇÃO DOS JUROS

## Bolsas da Europa fecham em alta, com Londres renovando máxima

As bolsas da Europa fecharam em alta na quinta-feira, 9, com destaque para Londres, que renovou seu recorde histórico de fechamento após a manutenção de juros pelo Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês). Apesar de manter as taxas, a autoridade abriu espaço para cortes nas próximas reuniões. A exceção entre as bolsas foi Madri, que recuou pressionada por notícias corporativas.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,19%, a 516,76 pontos. Em Londres, o FTSE 100 avançou 0,33%, a 8.381,35 pontos.

O BoE está indubitavelmente ficando mais otimista, mas mantém suas opções em aberto diante das incertezas relacionadas aos números de inflação no curto prazo, avalia o ING, em nota a clientes, após o BoE deixar seu juro básico inalterado pela sexta vez consecutiva.

Na visão do banco holandês, o primeiro corte de juros do BoE só deverá vir em agosto. O ING ressaltou, porém, que uma redução de juros poderá acontecer já na reunião de junho, visto que o presidente do BoE, Andrew Bailey, disse em coletiva de imprensa que um corte no mês "não está descartado", mas também não é "fait accompli", expressão em francês que significa "fato consumado".

"Até agora, este ano, o FTSE 100 já ganhou mais de 8%, mais do dobro do seu ganho de 3,8% em todo o ano passado. O setor aeroespacial e de defesa tem impulsionado ganhos para o índice blue-chips listado em Londres, com ações da Rolls-Royce e da BAE Systems apresentando desempenho superior", aponta a Interactive Investor. "A capitalização de mercado da BAE Systems aumentou cerca de um quarto desde o início de 2024 e subiu mais de

40% ao longo do período de um ano, apoiada pela instabilidade geopolítica no Oriente Médio, bem como pela guerra na Ucrânia, que impulsionaram a demanda para gastos com defesa", afirma.

Mais cedo, o BBVA anunciou uma oferta hostil em nova tentativa de comprar o Sabadell, embora sua proposta inicial já tivesse sido rejeitada. A ação do BBVA tombou 6,34% em Madri, enquanto a do Sabadell avançou 2,70%.

Na cidade, o Ibex 35 caiu 0,90%, a 11.052,40 pontos. Também na Espanha, a Telefónica divulgou balanço melhor do que o esperado, mas sua ação recuou 0,57%. Analista da Renta 4, Iván San Félix Carbajo aponta em comentário que a Telefónica surpreendeu positivamente nos mercados espanhol, alemão e brasileiro, mas teve desempenho mais fraco em outras partes da América Latina.

Em Frankfurt, o DAX subiu 0,98%, a 18.679,71 pontos. Em Paris, o CAC 40 teve alta de 0,69%, a 8.187,65 pontos. Em Milão, o FTSE MIB ganhou 0,55%, a 34.339,32 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 subiu 1,59%, a 6.833,23 pontos.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única na quinta-feira, 9, com as da China continental e de Hong Kong se fortalecendo após dados chineses de comércio exterior melhores do que o esperado.

Principal índice acionário chinês, o Xangai Composto subiu 0,83%, a 3.154,32 pontos, enquanto o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 1,34%, a 1.796,61 pontos. Em Hong Kong, o Hang Seng registrou ganho de 1,22%, a 18.537,81 pontos. Tanto os negócios na China quanto os de Hong Kong foram impulsionados por ações do setor imobiliário e de semicondutores.

Em abril, as exportações da

China tiveram expansão anual de 1,5%, um pouco maior do que se esperava, após caírem significativamente no mês anterior. Já as importações chinesas saltaram 8,4% em abril, bem mais do que se previa.

Em outras partes da Ásia, o dia foi de perdas: o japonês Nikkei caiu 0,34% em Tóquio, a 38.073,98 pontos, pressionado por ações de eletrônicos e chips, enquanto o sul-coreano Kospi recuou 1,20% em Seul, a 2.712,14 pontos, sob o peso de papéis financeiros, de internet e do setor automotivo, e o Taiex cedeu 0,68% em Taiwan, a 20.560,77 pontos.

Na Oceania, a bolsa australiana também ficou no vermelho, interrompendo uma sequência de cinco sessões positivas. O S&P/ASX 200 teve queda de 1,06% em Sydney, a 7.721,60 pontos, diante da fraqueza de ações de bancos e relacionadas a consumo.

APOIO

# Parlamentares aprovam alterações no Orçamento

## O projeto permite que o governo federal execute prioritariamente os recursos de emendas para cidades em situação de calamidade

O Congresso Nacional aprovou os projetos que alteram a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLN 4/24 e PLN 12/24) com objetivo de facilitar os repasses de recursos para o Rio Grande do Sul (RS). Em votações simbólicas, as propostas foram aprovadas por unanimidade em sessão conjunta, com deputados e senadores, na quinta-feira (9). Agora, os projetos seguem para sanção presidencial.

O PLN 4/24 aprovado permite que o governo federal execute prioritariamente os recursos de emendas parlamentares para cidades em situação de calamidade pública ou emergência de saúde pública. Por sua vez, o PLN 12/24 facilita o remanejamento de emendas parlamentares para ações de proteção e defesa civil, saúde e assistência social.

As emendas são os recursos do Orçamento que os deputados e senadores decidem onde devem ser gastos. O governo calcula que a aprovação do PLN 4 vai permitir antecipar um pacote de R\$ 480 milhões em emendas parlamentares para o estado. Com essa liberação, serão R\$ 1,06 bilhão em emendas liberadas para o Rio Grande do Sul, ainda pelos cálculos do governo.

A norma prevê que a liberação incida sobre as emendas elaboradas na modalidade de "transferência especial", que são destinadas às prefeituras, sem necessidade de convênios.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que não faltarão esforços do Parlamento para ajudar o povo gaúcho. "Não faltarão iniciativas, esforços e empenho por parte do Parlamento brasileiro para que haja a mitigação dessa tragédia com auxílio efetivo, através de proposições legislativas inteligentes, eficazes, efetivas, e a fiscalização, por parte do Parlamento, do trabalho realizado pelo Poder Executivo federal", destacou.

O PLN 4/24 também prevê, entre outros pontos, que o Executivo apoiará o fortalecimento de ações de saúde mental voltadas ao atendimento de pessoas com transtorno do espectro autista, incluindo a estruturação e o custeio de equipamentos de saúde pública que atendam a essa finalidade, desde que amparados por decisão da Comissão Tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS).

A oposição ainda conseguiu aprovar um destaque, apresentado pelo PL, que retirou do PLN 4/24 o artigo que dispensava a exigência de que empresas que fossem tomar empréstimos acima de R\$ 30 milhões em instituições financeiras públicas tivessem estabelecidas políticas de integridade e governança.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), disse que, se aprovada, a mudança fragilizaria o "próprio processo de concessão de crédito".

O relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), defendeu que a mudança seria temporária, de apenas um ano, sendo necessária para tocar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo ele, empresas médias ainda não conseguem atender às exigências hoje previstas para tomar esses empréstimos.

"Existem empresas estatais que estão com recursos para poderem ser efetivados e gastos, e, no entanto, nós não conseguimos uma viabilidade até este momento. Esses financiamentos para outras empresas são importantes principalmente



Pacheco: "não faltarão iniciativas por parte do Parlamento para que haja a mitigação dessa tragédia com auxílio efetivo"

RESPONSABILIDADE

## Paim cobra inclusão do governo em plano de Comissão sobre RS

O presidente da Comissão Externa criada no Senado para acompanhar a situação no Rio Grande do Sul (RS), senador Paulo Paim (PT-RS), cobrou o relator do colegiado, senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), para ampliar a participação do governo federal no plano de trabalho da comissão.

Mourão apresentou o plano de trabalho na quinta-feira (9) priorizando o papel do governo do Rio Grande do Sul nos trabalhos da comissão. Segundo defendeu o relator, a Comissão deve trabalhar em "perfeito alinhamento com o plano de reconstrução do Rio Grande do Sul, elaborado pelo Executivo gaúcho".

"Esse plano é distribuído a todos os senadores, a comissão pautará suas ações alinhadas com a perspectiva de enfrentamento dos desafios de reconstrução, considerando os quatro pilares da ação governamental a seguir referenciados. Então são os pilares eleitos pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. O pilar financeiro, fiscal, de enfrentamento ao excesso de burocracia e o pilar técnico", completou o senador gaúcho.

O senador Paim, que é governista, avaliou que Mourão, que é da oposição, não destacou suficientemente o papel do governo federal no plano de trabalho. "O plano básico, no meu entendimento, vamos aprovar. Eu só peço que a gente inclua um pouco mais a participação da União", afirmou.

Mourão concordou em incluir um anexo a mais no plano para, segundo o relator, detalhar tudo o que o governo federal já fez. Para Paim, o novo anexo deve conter, além do que a União fez, também o que o governo federal gostaria que a Comissão realizasse. O plano

de trabalho foi aprovado por unanimidade.

"O governo do Estado tem uma responsabilidade que está lá na ponta. Agora o governo federal tem uma enorme responsabilidade até que é daqui que sai as verbas para reconstrução do Rio Grande do Sul", destacou Paim, acrescentando a necessidade da Comissão "passar com muita clareza para a sociedade brasileira que nós estamos todos juntos. Aqui não tem esse ou aquele partido".

O plano de trabalho da Comissão Externa aprovado prevê três fases. Uma emergencial, estimada para durar 15 dias, com destaque para assistência social, primeiros socorros e suporte às vítimas, além de ações de canalização de recursos, apoio à subsistência, à imunização e saúde e à recuperação emergencial de estruturas.

A segunda fase será de reconstrução, estimada para durar seis meses. Nessa fase, serão propostas medidas para reconstrução das estruturas e serviços do Estado. Por último, será a fase de "resiliência climática", prevista para durar de três a cinco anos. Nessa fase, serão propostas medidas de "preparação de estruturas de apoio às atividades econômicas prioritárias e readequação dos recursos humanos".

Os senadores ainda aprovaram um ciclo de debates sobre mudanças climáticas e seus efeitos sobre o Rio Grande do Sul. Além disso, combinaram de fazer uma força-tarefa para reunir recursos das emendas parlamentares, individuais ou de bancadas, para destinar à reconstrução do estado gaúcho. Os parlamentares ainda articularam uma visita ao RS nos próximos dias e prometeram apresentar medidas legislativas para ajudar na superação da crise.

porque, com a questão da Lava Jato, as grandes empresas estão cedendo lugar às médias, que ainda estão se adaptando", argumentou.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Congresso dará "toda a expertise" que teve nas votações da pandemia da covid-19 para o empenho das votações de medidas ao Rio Grande do Sul.

"A Câmara dos Deputados nunca fechou as portas em momentos de dificuldade. Foi assim na pandemia que nós,

com toda a expertise desenvolvida nas votações, no atendimento aos setores que mais sofreram", disse Lira. "Querida reafirmar todo nosso empenho para estarmos solícitos."

Na fala, o deputado alagoano destacou ser preciso de toda atenção nas áreas básicas no Estado, como na segurança. Lira afirmou ter conversado mais cedo com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, sobre o tema. "O Rio Grande do Sul precisa de toda atenção do governo federal", comentou.

ESTATAIS

## STF mantém restrições às indicações políticas

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na quarta-feira, 8, para declarar que as restrições para indicações políticas previstas na Lei das Estatais são constitucionais.

Contudo, executivos que estão nos cargos não serão destituídos. Esse ponto representa uma vitória importante para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A maioria dos ministros considerou que a legislação é um avanço na governança de empresas públicas e reduz interferências indevidas nessas instituições.

Com a decisão, ficam proibidas nomeações políticas futuras para cargos de chefia em empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias. As regras valem para conselhos de administração e diretorias.

A Lei das Estatais foi promulgada em 2016, no governo do então presidente Michel Temer (MDB), e vedava indicações de ministros de Estado, secretários estaduais e municipais, dirigentes de partidos políticos, servidores comissionados do alto escalão da administração pública e representantes de agências reguladoras. Também impõe uma quarentena de 36 meses para quem tiver participado de campanha política.

Até a conclusão do julgamento, valeu a liminar do ministro aposentado Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Lula, que abriu caminho para o presidente fazer as indicações livremente. A decisão vigora desde março de 2023.

Os ministros decidiram que o governo não precisará rever indicações passadas. Com isso, dirigentes de empresas importantes serão poupados, como Banco do Brasil, Correios, Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Petrobras.

A proposta foi costurada pelo ministro Dias Toffoli e, até

o momento, encampada por unanimidade. O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, afirmou que a substituição de diretores que já estão nos cargos poderia criar uma "instabilidade indesejável" e prejudicar a continuidade de políticas públicas.

André Mendonça disse que a Lei das Estatais foi fundamental para a melhoria da qualidade da governança pública, para a prevenção de ilícitos neste âmbito.

Kassio Nunes Marques afirmou que a vedação em análise é conforme os princípios da moralidade e da eficiência por impedir qualquer questionamento ético e estabelecer adequado grau de transparência em empresa estatal, tudo voltado ao interesse público.

Dias Toffoli disse que quem foi indicado e aprovado com base na liminar tem a continuidade garantida. Alexandre de Moraes admitiu que a ideia bem-sucedida da Lei das Estatais foi trazer princípios e regras de gerência e gestão administrativa e de fiscalização do setor público.

Luís Roberto Barroso entende que se está aqui diante da liberdade de conformação do legislador, que atuou em nome da eficiência e da moralidade. Edson Fachin afirmou que não se pode impedir uma pessoa de assumir determinado cargo público apenas em virtude de sua opinião, política, ideológica, ou seja, ela qual for. Mas é possível que a lei presume que quem tenha exercido cargo de direção partidária ou funções similares enumeradas pela lei tenha um conflito objetivo de interesses com a administração.

Luiz Fux disse que foi uma vontade parlamentar quase que uníssona, votada por todos os partidos. "Se existe algo que nós devemos ter deferência é a essa situação em que os próprios políticos entendem que eles não devem, nessas condições, exercer essas atividades."

SEGURANÇA

## Congresso adia votação de vetos à lei da saidinha

As lideranças do governo e da oposição fecharam um acordo na quinta-feira (9) a fim de adiar para o dia 28 de maio a votação dos vetos à Lei de Segurança Nacional, feito ainda em 2021 durante o governo Jair Bolsonaro, e o veto parcial ao projeto que restringe a saída temporária de presos, conhecido como saidinha.

Em sessão conjunta da Câmara e do Senado, os parlamentares analisariam 32 vetos presidenciais. Porém, foi acordado o adiamento de uma série de vetos, entre eles, os vetos às leis orgânicas dos policiais civis e dos policiais militares e bombeiros.

Também foi acordado o adiamento dos vetos, totais ou parciais, às leis do despacho gratuito de bagagem, de autocontrole agropecuário, da flexibilização do controle de agrotóxicos e, também, a diversos trechos vetados na Lei Geral do Esporte.

O que permitiu o adiamento da análise desses e outros vetos foi o acordo, feito entre governo e oposição, para o adiamento dos vetos ao projeto das saidinhas e à Lei de Defesa da Democracia, que revogou a Lei de Segurança Nacional da época da ditadura.

"Nós concordamos com o adiamento de um veto que vem de 2021. Ou seja, nós estamos, há quatro anos, sob a apreciação desse veto - há quatro anos - e apreciaremos um veto, como, por exemplo, o da saída temporária, que nem truncando a pauta está", sus-

tentou o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Depois de muito debate, o líder da minoria no Congresso, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aceitou o adiamento dos vetos. "Esse veto à lei de segurança nacional é tão ou mais importante que o veto das saidinhas. A minha preocupação é que a maioria dos parlamentares não tenha a real dimensão dos impactos desses vetos na vida real, em especial no mundo rural. Óbvio que não gostaria, mas serei obrigado a aceitar esse acordo", destacou.

Em setembro de 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro vetou cinco dispositivos do projeto que revogou a antiga lei de segurança nacional, criada em 1983, instituindo a nova Lei 14.197, chamada de Lei de Defesa do Estado Democrático.

Bolsonaro vetou artigo que previa punição para atos de "comunicação enganosa em massa", vetou também a punição para quem impedisse "o livre e pacífico exercício de manifestação", além de vetar o aumento de penas para crimes contra o Estado Democrático, incluindo aumento de pena para militares que atentassem contra a democracia.

Ao aceitar adiar a análise desse veto, o governo conquistou o adiamento da análise do veto parcial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que restringe as saídas temporárias de presos.

## TRAGÉDIA AMBIENTAL

# Leite estima o custo inicial da reconstrução em R\$ 19 bilhões

A destruição deixou municípios praticamente inteiros debaixo d'água. Onde as cheias baixaram, a devastação começa a ficar ainda mais evidente, como no Vale do Taquari

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), divulgou a primeira estimativa preliminar do custo para a reconstrução inicial de grande parte do território após a maior tragédia ambiental do Estado: R\$ 19 bilhões. O desastre ambiental e a crise humanitária seguem em curso, com quase 1,5 milhão de afetados e aumento do número de municípios atingidos no dia a dia, com 425 das 497 cidades gaúchas impactadas. Ao menos 164,5 mil gaúchos estão desalojados.

“Os cálculos iniciais das nossas equipes técnicas indicam que serão necessários, pelo menos, R\$ 19 bilhões para reconstruir o Rio Grande do Sul. São necessários recursos para diversas áreas”, anunciou em rede social. “Insisto: o efeito das enchentes e a extensão da tragédia são devastadores. Nas próximas horas, vamos detalhar as ações projetadas que contemplariam as nossas necessidades”, continuou.

O cálculo não inclui todos os danos materiais dos atingidos, dentre empresas, residências e outros espaços. Na prática, o impacto será ainda maior para uma recuperação.

A sucessão de chuvas extremas, deslizamentos, vendavais e enchentes bloquearam centenas de vias, rodovias, pontes e acessos diversos pelo Estado. A destruição deixou municípios praticamente inteiros debaixo d'água. Onde as cheias baixaram, a devastação começa a ficar ainda mais evidente, como no Vale do Taquari, porém há previsão de novos temporais e repique nas cheias a partir de sexta-feira, 10.

Grande parte dos municípios vivem crise no abastecimento de água, energia e mantimentos.

Para especialista ouvido pela reportagem, o custo da reconstrução ficará mais claro após o fim da tragédia ambiental, quando as águas baixarem e toda a destruição estiver mais evidente. Serão necessários estudos e levantamentos variados para identificar os impactos, assim como para avaliar mudanças e adaptações para evitar que situações tão graves se repitam.

Cálculos preliminares do economista Claudio Frischtak, da consultoria Inter B, indicam que a reconstrução exigirá ao menos R\$ 92 bilhões ou 0,8% do PIB.

O especialista destaca que o Rio Grande do Sul tem cerca de 5% da população brasileira, e que o estoque de infraes-



Eduardo Leite: “Insisto: o efeito das enchentes e a extensão da tragédia são devastadores. Vamos detalhar as ações”

trutura do País chega a 36% do PIB. “O Estado deve refletir a média do País ou pouco menos, algo em torno de 1,5% do estoque (da infraestrutura). Se metade foi destruída ou danificada ao ponto de ter de ser reconstruída, podemos então indicar que o custo seria cerca de 0,8% do PIB ou R\$ 92 bilhões”, afirmou.

Como as novas obras terão que levar em consideração o

risco climático, o gasto tende a ser maior. “O custo de reconstruir com maior resiliência (às chuvas) é possivelmente maior do que o foi no passado. Além disso, nem toda infraestrutura urbana que foi fortemente afetada está refletida naquele nível de estoque, a exemplo de vias urbanas e prédios públicos. Logo, o número pode ser maior do que R\$ 92 bilhões”, afirmou.

Ele entende esse número como um ponto de partida, um dado que indique o tamanho do desafio que será a reconstrução após a tragédia. “É uma estimativa em termos de ordem de magnitude. Só saberemos de fato quando as águas baixarem e se puder fazer uma avaliação criteriosa”, afirmou.

Segundo ele, o governo federal precisará remodelar as obras do Programa de Acelera-

ção do Crescimento (PAC), para direcionar parte dos recursos para o estado. Além disso, as emendas parlamentares terão que se concentrar no essencial, com análises baseadas no custo-benefício de cada projeto. “Neste momento, precisamos nos afastar do populismo fiscal e do patrimonialismo com dinheiro público”, afirmou.

Após a tragédia climática que já deixou mais de cem mortos e atingiu mais de 420 municípios do Rio Grande do Sul, a previsão do tempo indica chuva forte no Estado nos próximos cinco dias. Pessoas ainda estão sendo resgatadas e muitas áreas permanecem inundadas.

De acordo com a Climatempo, em Caxias do Sul, por exemplo, do dia 1 a 8 de maio choveu aproximadamente 450 mm, que é o triplo da chuva normal para todo o mês. E ainda há previsão de chover cerca de 300 mm entre quinta-feira, 9, e a próxima segunda-feira, 13.

“Não cabe mais água no solo nem nos rios. Esse volume de chuva vai ter que ser escoado para outras áreas”, acrescenta Josélia Pegorim, da Climatempo. Em praticamente todo o Rio Grande do Sul já choveu pelo menos o dobro do normal só com a chuva da primeira semana do mês. “A média normal de chuva em maio, em quase todo o Estado, varia de 140 mm a 180 mm. No litoral sul, a média fica entre 100 mm e 140 mm. Então, a perspectiva de chover 300 mm em cinco dias, significa dobrar a média em grande parte do Estado”, afirmou.

Segundo ela, o que se espera para os próximos dias, são novos eventos de chuva generalizada e forte sobre o Rio Grande do Sul. “Os maiores volumes vão cair na Serra Gaúcha, onde nascem os rios que depois vão para os Vales (Jacuí, Taquari) e parte desta água vai para o Guaíba”, alertou a meteorologista.

## REGISTRO EMPRESARIAL

### Juceal reduz tempo médio de andamento de processos

A Junta Comercial do Estado de Alagoas (Juceal) conseguiu, em dois meses, reduzir o tempo médio para andamento de processos colegiados em 48h16.

A melhora de tempo decorreu após a autarquia responsável pelo registro de empresas desvincular os processos colegiados de turmas específicas e criar uma turma extra para análise dos documentos.

De acordo com a Juceal, a média de andamento para processos colegiados em 2023 foi de 117h03. Esse tempo considera desde o momento em que o cliente protocola o processo até a adição à pauta, a análise por parte dos vogais e a disponibilização do processo para o solicitante, seja com exigência para correção, seja com autenticação.

“Os processos singulares são mais ágeis, mas os colegiados, que são mais complexos, antes poderiam durar semanas por uma burocracia excessiva. Internamente nos setores houve uma organização e o processo agora é mais rápido e permanece com a mesma segurança jurídica de sempre”, salientou o presidente da Juceal, Ricardo Dória.

Por definição da lei federal de nº 8.934/1994, o colégio de vogais é responsável pelas análises de constituições de sociedades anônimas, constituições e alterações de consórcio e de grupo de sociedades, além dos processos de transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas. Por definição da Juceal, o vocalato também analisa os processos referentes às cooperativas.

### Jucemg participa do Conexão Minas Livre com prefeituras

Representantes de centenas de prefeituras de municípios do estado de Minas Gerais participaram, na última terça-feira (7), do Conexão Minas Livre, promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, via Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDE).

O encontro, que teve o intuito de fortalecer o ecossistema de desenvolvimento econômico do Estado, foi aberto pela presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), Patrícia Vinte Di Lório.

A programação do Cone-

xão Minas Livre ainda teve uma apresentação exclusiva sobre o Redesim + Livre, em painel conduzido pelo diretor de Integração, Negócios e Tecnologia da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, Henrique Petrocchi.

Desenvolvido pela autarquia mineira, em parceria com o a SEDE e o Sebrae Minas, o sistema Redesim + Livre possibilita a automatização de todas as etapas municipais de abertura e legalização de empresas de baixo risco, permitindo que um empreendimento esteja apto para funcionar em questão de minutos.



Em janeiro, foram abertas no Rio de Janeiro 5.528 empresas, em fevereiro, 5.820, e, em março, 5.910.

### Jucerja registra o melhor mês de abril em 215 anos

O número de empresas abertas no estado do Rio de Janeiro no mês de abril foi o melhor já registrado pela Junta Comercial do Rio de Janeiro (JUCERJA) em todos os meses de abril em seus 215 anos de história. Ao todo, foram computados 7.035 novos negócios, um aumento de 29% em relação ao mesmo mês em 2023, quando foram registradas 5.442 empresas. O antigo recorde era de 2022, com 5.590 aberturas.

“A criação de novas empresas significa geração de novos empregos, mais renda para a população fluminense, aumento do consumo, diversificação de oportunidades, maior competitividade e fortalecimento da economia. É o ambiente favorável para negócios que estabelecemos no estado, para incentivar empreendedores e atrair investidores, e que vem resultando nos números extremamente significativos que temos alcançado a cada mês”, comentou o governador Cláudio Castro.

Nos quatro primeiros meses de 2024,

a Jucerja registrou 24.293 novas empresas no Estado do Rio. O total de novos negócios no mês de abril é também o melhor de 2024. Em janeiro, foram abertas 5.528 empresas, em fevereiro, 5.820, e, em março, 5.910. Além disso, abril registrou o terceiro maior número de aberturas de toda a história da Jucerja.

“Queremos chegar ao fim deste ano com mais de 72 mil novas empresas abertas. Para isso, trabalhamos para facilitar a vida do empresário que quer ter um negócio no estado. Desburocratizamos, simplificamos e agilizamos os processos, o que impacta diretamente no tempo de abertura de uma empresa. Hoje, o empresário leva, em média, 40 minutos para ter o seu registro. Assim, vamos colaborando para o desenvolvimento econômico do estado. Quanto maior o número de empresas abertas, mais oportunidades de emprego para a sociedade e maior a geração de renda”, afirmou o presidente da JUCERJA, Sergio Romay.

### JucisRS presente em debate sobre impactos das chuvas no setor empresarial

A presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS), Lauren de Vargas Momback, participou na tarde de quarta-feira (8) de reunião para definir tratativas sobre os impactos das enchentes no setor empresarial do RS. O Secretário de Desenvolvimento do RS, Ernani Polo esteve presente no gabinete do Palácio Piratini.

O objetivo é estruturar os impactos da catástrofe climática que atinge hoje, mais de 80% dos municípios gaúchos, além de criar ações para auxiliar em breve os empreendedores atingidos pelas enchentes. Também integra o comitê a Secretaria Estadual da Fazenda - Sefaz, além de instituições financeiras e entidades representativas de setores econômicos. A iniciativa é do governador do RS, Eduardo Leite e do vice, Gabriel Souza e tem a coordenação do secretário da Sedec, Ernani Polo.

As fortes chuvas afetaram o abastecimento de água e distribuição de energia, além de deixar milhares de pessoas desalojadas em muitos municípios do Rio Grande do Sul. Empreendedores também perderam seus negócios e buscam ajuda para a reconstrução.

Estavam presentes, o secretário-adjunto, Derly Fialho, o deputado Estadual do RS, Frederico Antunes, o subsecretário do Tesouro do estado, Ricardo Neves, entre outros.



### BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA.

LNPI/MF nº 56.998.982/0001-07

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanças Patrimoniais				Balanças Patrimoniais				Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022	
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>1.317.556</b>	<b>1.084.150</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante</b>		<b>486.945</b>	<b>431.633</b>	<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>17</b>	<b>1.856.504</b>	<b>1.623.811</b>	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	190.223	116.800	Fornecedores	10	16.982	23.229	<b>Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados</b>	<b>18</b>	<b>(1.452.198)</b>	<b>(990.079)</b>	Lucro líquido do exercício		91.649	235.779	
Contas a receber	5	326.155	324.244	Fornecedores - Partes relacionadas	11 (a)	360.541	40.849	<b>Lucro Bruto</b>		<b>404.306</b>	<b>633.732</b>	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o custo gerado pelas atividades operacionais:				
Contas a receber - Partes relacionadas	11 (a)	15.739	34.874	Empréstimos locais - Partes relacionadas	11 (b)	-	188.418	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>18</b>			Provisão para reconciliar o lucro líquido do exercício com o custo gerado pelas atividades operacionais:				
Estoque	6	561.986	467.637	Salários, provisões e contribuições sociais	20	20.696	24.648	Despesas com vendas		(41.549)	(48.226)	Juros sobre o custo de ativos imobilizados baixados	9	15.808	15.335	
ICMS a recuperar	8	144.919	131.403	IR e CS a pagar	13	14.816	19.661	Despesas gerais e administrativas		(247.700)	(262.167)	Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	5	(764)	(335)	
IR e CS a compensar	4	43.820	-	Provisão para participação nos lucros	15	11.322	13.867	Outras receitas/despesas operacionais		972	23.384	Constituição de provisão para obsolescência dos estoques	6	(5.195)	82.306	
Créditos diversos	7	31.267	6.604	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15	40.222	25.243	<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(288.277)</b>	<b>(287.009)</b>	Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	5	(764)	(335)	
Despesas antecipadas		3.847	2.588	Outras provisões	14	11.803	14.747	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>19</b>	<b>112.029</b>	<b>346.723</b>	Constituição de provisão para obsolescência dos estoques	6	(5.195)	82.306	
<b>Não Circulante</b>		<b>96.213</b>	<b>91.749</b>	Obrigações com arrendamentos mercantis	21	9.053	8.312	Recursos Financeiros		10.829	15.268	Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	6	(19.473)	(8.458)	
Depósitos judiciais	12	6.933	8.375	Obrigações com arrendamentos mercantis	21	55.032	59.494	Despesas financeiras		(13.235)	(17.540)	Provisão para perdas de crédito esperadas	12	(19)	(6.379)	
IR e CS a pagar	13	2.058	-	<b>Não Circulante</b>		<b>63.815</b>	<b>59.510</b>	Variação cambial líquida		(1.454)	74	Despesas com planos de remuneração baseada em ações	24	6.855	2.261	
Créditos diversos	7	4.083	318	Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	12	25.562	27.318	Lucros antes do IR e da CS		<b>112.169</b>	<b>344.525</b>	Juros incorridos - operações de arrendamento mercantil	21	1.046	772	
Imobilizado	9	30.165	23.563	Obrigações com arrendamentos mercantis	21	8.621	5.100	IR e CS		(4.734)	22.923	Provisão para IR e CS	16	20.520	108.746	
				Outras provisões	14	29.632	27.082	Diferidos		(15.280)	(131.669)	Juros incorridos sobre empréstimos com partes relacionadas	11	7.340	13.418	
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.413.769</b>	<b>1.175.899</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>865.009</b>	<b>684.756</b>	Correntes		(20.520)	(108.746)	Atualizações de depósitos judiciais e precatórios	19	1.615	5.155	
				Reservas de capital	15	611.318	76.583	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>91.649</b>	<b>235.779</b>	Juros incorridos sobre mútuos com partes relacionadas	11	-	(2.628)	
				Ajuste de avaliação patrimonial		(4.859)	(4.565)	<b>Demonsstrações do Resultado Abrangente</b>				Contas a receber de clientes e partes relacionadas	58	117.988	(42.742)	
				Lucros acumulados		344.327	379.998					Estoque	6	(69.281)	(391.189)	
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.413.769</b>	<b>1.175.899</b>					Ajustamento fornecedores		-	26.957	
												IR e CS a recuperar		-	(43.820)	
												Impostos a recuperar	8	(13.516)	(105.006)	
												Créditos diversos	7	2.444	15.333	
												Despesas antecipadas	1	(2.349)	326	
												Depósitos judiciais	12	(652)	30.345	
												Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
												Fornecedores terceiros e partes relacionadas	311.796	(10.486)		
												Salários, provisões e contribuições sociais	(6.947)	4.964		
												Impostos a recolher	(4.853)	38.680		
												Outras provisões e contas a pagar	2.261	(2.261)		
												Caixa gerado pelas atividades operacionais	309.355	20.593		
												IR e CS pagos	(85.856)	(105.389)		
												Juros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	11	(17.418)	(5.000)	
												Pagamento de provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	12	(1.258)	(2.675)	
												Juros recebidos sobre mútuos com partes relacionadas	11	2.444	(10.270)	
												Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	21	(921)	(682)	
												Fluxo líquido gerado pelas atividades operacionais		203.902	(85.726)	
												<b>Caixa de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
												Aquisição de imobilizado	9	(6.865)	(3.449)	
												Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	11	-	(20.000)	
												Caixa aplicado nas atividades de investimento		(6.865)	(116.551)	
												<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
												Captação de mútuo com partes relacionadas	11	-	(180.000)	
												Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(112.341)	(132.302)		
												Amortização de arrendamento mercantil	21	(11.434)	(12.240)	
												Caixa líquido de incorporação		161	-	
												Caixa aplicado nas atividades de investimento	(123.614)	35.458		
												<b>Aumento de Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
												Saldo inicial	4	116.800	50.517	
												Saldo final	4	190.223	116.800	
												<b>Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
															73.423	66.283

Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Nota	2023	2022	Capital social	Reservas de capital	Reservas de capital	Lucros acumulados	Reservas de Capital		Total
								monetária	reconhecidas	
232.740	24 (a)	232.740	232.740	29.165	5.821	34.327	173.917	(5.583)	173.917	470.387
-	-	-	-	-	-	-	235.779	-	235.779	235.779
-	-	-	-	-	-	-	(29.698)	-	(29.698)	(29.698)
-	-	-	-	-	-	-	1.018	-	1.018	1.018
232.740	24 (b) e 24 (c)	232.740	232.740	29.165	5.821	41.597	379.998	(4.565)	379.998	684.756
15	15	-	-	-	-	-	-	-	-	207.363
-	-	-	-	-	-	-	6.855	-	6.855	6.855
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.649
-	-	-	-	-	-	-	(127.320)	-	(127.320)	(127.320)
-	-	-	-	-	-	-	(294)	-	(294)	(294)
24 (b) e 24 (c)	24 (b) e 24 (c)	440.103	29.165	5.821	48.652	(4.859)	344.327	863.009		

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. **Contexto Operacional:** A Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda. ("Sociedade"), localizada na Rua Verbo Drívino, 1.711, São Paulo - SP, tem como objeto social preponderante a importação e comercialização de medicamentos, a produção, distribuição e execução de serviços de pesquisas e publicações técnicas de qual natureza relacionadas a processos e produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e a contratação, supervisão, administração e prestação de quaisquer serviços que possam estar relacionados, direta ou indiretamente, com as atividades mencionadas. A Sociedade importa seus produtos exclusivamente de partes relacionadas. O portfólio de marcas comercializadas pela Sociedade inclui, entre outras, produtos oncológicos, cardiológicos e imunológicos. Como parte do projeto de integração global a Bristol Myers Squibb Farmacêutica Ltda. Brasil realizou a incorporação da Celgene Brasil Produtos Farmacêuticos Ltda. no dia 1º de maio de 2023. A controladora final da Sociedade é a Bristol-Myers Squibb Company, com sede nos Estados Unidos da América, cujas ações são negociadas na Bolsa de Nova York. Identificada por BMY. **Reorganização societária:** Em 2023 houve a incorporação da Celgene Brasil Produtos Farmacêuticos Ltda. ao patrimônio da Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda., que foi aprovada pelo acionista controlador de ambas as empresas, BMS Pharmaceuticals International Holdings Netherlands B.V., sociedade devidamente constituída e existente com as leis da Holanda, com sede social e escritório em Woerden, Holanda, e BMS Latin American Nominees L.L.C., sociedade devidamente constituída e existente com as leis de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em Nova York, Estados Unidos da América. A transação faz parte da estratégia da Bristol-Myers Squibb de adquirir a Celgene para criar uma empresa biomédica inovadora e de primeira linha que trouxerá uma empresa biomédica especializada para melhor posicionada para atender às necessidades de pacientes com câncer, doenças inflamatórias e imunológicas e doenças cardiovasculares por meio de medicamentos inovadores de alto valor e capacidades científicas líderes. Com áreas de foco complementares, a empresa combinada opera agora com alcance e escala globais, mantendo a liderança em inovação e desenvolvimento de produtos farmacêuticos de cada empresa. Os efeitos no balanço em 1º de maio de 2023 da Sociedade (data base da incorporação) como resultado da incorporação, estão representados no quadro abaixo:

Ativo	Celgene
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	160.725
Impostos e contribuições a recuperar	30.748,93
Empréstimos	178.340,194
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>209.249,856</b>
<b>Não Circulante</b>	
Impostos e contribuições a recuperar	122,675
Total do ativo não circulante	122,675
<b>Total do Ativo</b>	<b>209.372,531</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	
<b>Circulante</b>	
Partes relacionadas	1.649.130
Provisões	360.809
Total do passivo circulante	2.009.939
<b>Acevo Líquido Incorporado</b>	<b>207.362.592</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>209.372.531</b>

2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Declarações de Conformidade com o Modelo de Demonstrações Financeiras e base de elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo, portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e plano de remuneração baseado em ações mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente tem como base o valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. A Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que conforma as utilizadas por ela na sua gestão. 2.2. **Resumo das principais práticas contábeis:** a) **Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais (R\$) pela taxa de câmbio vigente no fim de cada período de relatório, e as diferenças decorrentes dessa conversão de moeda foram reconhecidas no resultado corrente. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o montante em caixa, fundos disponíveis em contas bancárias em nome da Sociedade e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. c) **Contas a receber:** As contas a receber estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidos de provisões para perdas de crédito esperadas, a qual é constituída baseada no histórico de perdas de acordo com o perfil de risco de crédito e o efeito de risco de crédito de acordo com "rating" definido pela Administração para classificar e agrupar os clientes. d) **Estoque:** Avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizado líquido, quando aplicável. O valor realizado líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a realização da venda. A provisão para obsolescência dos estoques é constituída com base em análise por produto, sem movimento, considerando seu prazo de validade igual ou inferior a 12 meses, estimativa de venda e descontinuidade do produto. e) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, fruição ou construção, menos provisões para depreciação e de valor justo. f) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor líquido de aquisição, menos o valor líquido estimado de recuperação no fim de cada período de relatório, e as diferenças decorrentes dessa conversão de moeda foram reconhecidas no resultado corrente. g) **Ativos e passivos não circulantes:** Os ativos e passivos não circulantes são avaliados ao custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e plano de remuneração baseado em ações mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente tem como base o valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. A Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que conforma as utilizadas por ela na sua gestão. 2.2. **Resumo das principais práticas contábeis:** a) **Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais (R\$) pela taxa de câmbio vigente no fim de cada período de relatório, e as diferenças decorrentes dessa conversão de moeda foram reconhecidas no resultado corrente. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o montante em caixa, fundos disponíveis em contas bancárias em nome da Sociedade e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. c) **Contas a receber:** As contas a receber estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidos de provisões para perdas de crédito esperadas, a qual é constituída baseada no histórico de perdas de acordo com o perfil de risco de crédito e o efeito de risco de crédito de acordo com "rating" definido pela Administração para classificar e agrupar os clientes. d) **Estoque:** Avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizado líquido, quando aplicável. O valor realizado líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a realização da venda. A provisão para obsolescência dos estoques é constituída com base em análise por produto, sem movimento, considerando seu prazo de validade igual ou inferior a 12 meses, estimativa de venda e descontinuidade do produto. e) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, fruição ou construção, menos provisões para depreciação e de valor justo. f) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor líquido de aquisição, menos o valor líquido estimado de recuperação no fim de cada período de relatório, e as diferenças decorrentes dessa conversão de moeda foram reconhecidas no resultado corrente. g) **Ativos e passivos não circulantes:** Os ativos e passivos não circulantes são avaliados ao custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e plano de remuneração baseado em ações mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente tem como base o valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. A Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que conforma as utilizadas por ela na sua gestão.

11. **Partes Relacionadas:** a) **Saldo e transações:** As transações comerciais com partes relacionadas referem-se substancialmente à importação e à exportação de produtos e ao reembolso de despesas locais. Os termos e as condições dessas transações são acordados com cada parte relacionada. As transações e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
<b>Recebidas</b>	<b>161.324</b>	<b>131.403</b>
<b>Pagas</b>	<b>(16.405)</b>	<b>(14.919)</b>
<b>Total</b>	<b>144.919</b>	<b>116.484</b>

12. **Créditos Diversos:**

	2023	2022
Férias pagas antecipadamente	2.175	2.334
Previdência	21.000	3.366
Créditos fiscais a receber (b)	27.100	-
Outras contas a receber de terceiros	1.992	904

★ continuação

	Valor contábil	
	2023	2022
<b>Passivos financeiros</b>		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	16.982	23.229
Fornecedores - Partes relacionadas	360.541	40.849
Empréstimos locais - Partes relacionadas	-	188.418
Arrendamento mercantil	17.674	13.422
<b>Total</b>	<b>395.197</b>	<b>265.916</b>

**b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados pelo risco de exposição às variações cambiais. **c) Risco de exposição às variações cambiais:** O resultado da Sociedade está suscetível a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos avaliados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (US\$). A exposição cambial, predominantemente indexada ao dólar norte-americano (US\$) no contas a receber e fornecedores no exterior a libra esterlina (GBP e US\$) no passivo (partes relacionadas), é demonstrada conforme segue:

	Valores em US\$		Valores em Real - R\$	
	2023	2022	2023	2022
<b>Dólares norte-americanos (US\$)</b>				
Contas a receber:				
Partes relacionadas	3.251	6.368	15.739	33.225
Fornecedores:				
Fornecedores no exterior	(12)	(10)	(61)	(55)
Partes relacionadas	(195)	(44)	(927)	(42)
Exposição líquida em dólares norte-americanos (a)	3.054	6.314	15.739	32.942
<b>Libras esterlinas (GBP)</b>				
Fornecedores:				
Partes relacionadas	(184)	-	(975)	-
Exposição líquida em libras esterlinas (b)	(184)	-	(975)	-
Exposição líquida total (a) + (b)	2.870	6.314	13.806	32.942
<b>d) Risco de crédito:</b> A política de vendas da Sociedade está subordinada às políticas de crédito fixadas pela Administração e visa minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). <b>e) Risco de liquidez:</b> A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o cumprimento de suas obrigações. A projeção orçamentária para os próximos exercícios preparada pela Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações.				
Fornecedores - terceiros	16.983	-	-	16.983
Fornecedores - partes relacionadas	360.541	-	-	360.541
Outras contas a pagar	1.510	-	-	1.510
Obrigações com arrendamentos mercantis	9.053	3.171	3.057	2.393
<b>Total</b>	<b>388.087</b>	<b>3.171</b>	<b>3.057</b>	<b>396.708</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA.

**f) Análise de sensibilidade: Moeda estrangeira:** A Sociedade está exposta à flutuação de moeda estrangeira em instrumentos financeiros, conforme demonstrado anteriormente, com exposição no montante de R\$13.806 até o fim de 31 de dezembro de 2023 (R\$32.942 até o fim de 2022). No caso de aumento ou redução de 20% da taxa de câmbio da moeda local (R\$) em relação a essa moeda estrangeira, o resultado e o patrimônio líquido da Sociedade seriam afetados por um ganho ou uma perda no montante de aproximadamente R\$13.806. **21. Obrigações com Arrendamentos Mercantis:** O saldo de obrigações com arrendamentos mercantis é como segue:

	2023		2022	
Veículos (a)	12.502	6.245	9.053	8.311
Escritório e Laboratório (b)	2.571	6.956	2.571	6.956
Almoxarifado e Armazém (c)	2.601	221	2.601	221
<b>Total</b>	<b>17.674</b>	<b>13.422</b>	<b>14.225</b>	<b>15.488</b>
Passivo não circulante	8.621	5.110	8.621	5.110
<b>Total</b>	<b>17.674</b>	<b>13.422</b>	<b>14.225</b>	<b>15.488</b>

**(a) Veículos:** Em 2023, a Sociedade possui contratos de arrendamento para utilização de veículos em suas operações. Os contratos são denominados em reais (R\$). O prazo dos contratos de arrendamento é de 48 meses, os quais não possuem cláusulas de rescisão, devendo os veículos serem devolvidos para a empresa locadora no término do contrato. Para o cálculo do valor de Direito de uso dos veículos nos arrendamentos, foi utilizado para o cálculo o valor presente das obrigações, a taxa de desconto de 12,02% para os novos veículos em 2023 e 15,30% em 2022, de acordo com a natureza dos bens, prazos e valores totais esperados de pagamentos. **(b) Escritório e Laboratório:** A Sociedade possui contrato de arrendamento do edifício onde se encontra o escritório e Laboratório, celebrado em 2011, com validade até meados de 2021 e prorrogado até julho de 2024. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do Direito de uso do edifício arrendado é de 0,71%, definida de acordo com as diretrizes da tesouraria global da Sociedade, uma vez que a garantia de acesso aos recursos de caixa da tesouraria global, de acordo com a necessidade de capitalização da Sociedade. **(c) Almoxarifado e Armazém:** Em fevereiro 2018, a Sociedade assinou um contrato de arrendamento para utilização de armazenagem localizada na cidade de Itapevi - SP. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do Direito de uso do armazenagem arrendado é de 2,3%, definida de acordo com as diretrizes da tesouraria global da Sociedade, uma vez que a garantia de acesso aos recursos de caixa da tesouraria global, de acordo com a necessidade de capitalização da Sociedade. A movimentação das obrigações com arrendamentos mercantis é como segue:

	2023		2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.422	-	13.422	-
Adições	15.561	-	15.561	-
Juros incorridos	1.046	-	1.046	-
Pagamento de juros	(921)	-	(921)	-
Pagamento de principal	(11.434)	-	(11.434)	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.674	-	17.674	-
<b>22. Fianças Bancárias:</b> Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias apresentam as seguintes composições:				
<b>Modalidade</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Garantia para processos fiscais	18.222	18.128	18.222	18.128
Garantia para compra de energia no mercado livre	-	-	-	-
Garantia para contratos de venda	870	3.323	870	3.323
<b>Total</b>	<b>19.092</b>	<b>21.552</b>	<b>19.092</b>	<b>21.552</b>

**23. Cobertura de Seguros:** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos (como, por exemplo, transporte de mercadorias, de propriedade e de frota de veículos), considerando a natureza de sua atividade.

**Risco**

Importância segurada	2023	2022
Benefícios, móveis, máquinas, materiais e utensílios (MMU)	343.180	9.003
Diretores, Conselheiros e Administradores	5.051	9.756
Processos Tributários	2.782	3.500
Processos Trabalhistas	11.323	3.500
Responsabilidade Civil	20.341	3.500
Veículos	90.000	3.500

**24. Planos de Benefício para Empregados: a) Acordos ações restritas ("RSUs"):** A Bristol-Myers Squibb Company, concedeu plano de outorga de ações restritas (Restricted Stock Units - "RSUs") para funcionários da Sociedade, incluindo aqueles empregados da Sociedade, os quais não são reembolsáveis pela Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda. O valor da opção de compra de ações foi calculado na data da outorga e convertido. O prazo médio para os empregados gozarem do benefício do exercício das ações restritas (RSU) em 31 de dezembro de 2022, cuja contrapartida foi registrada em reservas de capital. Não houve novos planos outorgados durante o exercício final de 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A movimentação das ações outorgadas pela Controladora é demonstrada da seguinte forma:

Qtde.	RSU		MSU		2023 PSU	
	Valor Justo médio (US\$)	Qtde.	Valor Justo médio (US\$)	Qtde.	Valor Justo médio (US\$)	Qtde.
Quantidade no início do exercício social	54.262	58.19	4.272	57.14	7.588	60.03
Quantidade outorgada	30.755	60.20	2.071	36.15	2.890	2.890
Quantidade "vested"	(19.068)	56.95	(2.230)	55.10	(3.362)	50.06
Quantidade expirada	(7.907)	59.60	-	-	-	-
Estimativas de " forfeiture"	-	-	-	-	-	-
Quantidade no final do exercício social	58.042	60.41	4.113	58.33	7.116	63.25

**b) Previdência privada:** O plano de previdência consiste em um plano misto de contribuição definida e de benefícios definidos com base em um fundo formado pelas contribuições individuais e opcionais de cada participante e contribuições da patrocinadora, acrescidas dos respectivos rendimentos. O plano previdenciário é administrado por atuariado independente, anualmente, no fim de cada período de relatório. O regime atuarial para a determinação do custo e das contribuições do plano é de capitalização, exceto o benefício mínimo, em que foi utilizado o método agregado. No exercício de 2023, a Sociedade efetuou contribuições totais no montante de R\$7.204, sendo (R\$7.273 em 2022), o qual foi debitado no resultado no período do exercício. As principais provisões utilizadas na avaliação da obrigação atuarial do plano de previdência de benefícios definidos foram as seguintes: Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial:

Contador: Rodrigo Guariso - CRC 1SP258717

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas e Administradores da Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultados e demonstrações de fluxo de caixa, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercendo julgamento profissional, mantendo ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúquio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe

incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU

Auditor Independente

CRC nº 2SP 011609/0-8

Marcio Albuquerque Cavalcanti

Contador

CRC nº 1SP 26416/0-2



ÁGUAS DE ITU GESTÃO EMPRESARIAL S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 08.455.185/0001-30

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	31/12/23	31/12/22	
<b>Ativo circulante</b>				
Disponibilidades	5	-	1	
Estoques	6	615	615	
Despesas antecipadas	7	109	109	
Impostos a recuperar	8	1.691	1.691	
Outros créditos	9	1.709	1.664	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.124</b>	<b>4.080</b>	
<b>Ativo não circulante</b>				
Depósitos compulsórios e judiciais		123	119	
Ativos fiscais diferidos	10	21.643	21.643	
Partes relacionadas	11	2.192	2.192	
		23.958	23.954	
<b>Permanente</b>				
Imobilizado		66	69	
Intangível	12	103.432	103.432	
Diferido		82	82	
		103.580	103.583	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>127.538</b>	<b>127.537</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>131.662</b>	<b>131.617</b>	

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis. **1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Águas de Itú Gestão Empresarial S.A. - em Recuperação Judicial, tem por objeto social a gestão e participação em outras sociedades. **2. BASE DE PREPARAÇÃO**  
**Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela entidade em 22 de abril de 2024. **a) Base de medição:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **c) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. **Revisões com relação às demonstrações contábeis no exercício:** As demonstrações contábeis são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 11 - Partes relacionadas;** **• Nota Explicativa nº 12 - Vida útil de ativo intangível.**

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **a) Transição em moeda estrangeira:** Transições em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens são monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos a/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: I - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e II - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: I - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir o fluxo de caixa futuro estimado, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao custo amortizado é utilizada para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou dedução), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao custo amortizado é utilizada para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial, os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos não financeiros: a) Administração: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** A Companhia não realiza testes em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido com um ativo separado, a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **c) Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando paradas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **I) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **II) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, no resultado do exercício baseado na vida útil, considerando a estimativa de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Edifícios 30 anos Máquinas e equipamentos 13 anos Móveis e utensílios 8 anos Outros ativos intangíveis 11 anos Veículos 4 anos Equipamentos de informática 5 anos Beneficiários em bens de terceiros 30 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d) Intangível:** Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acu-

Demonstrações Financeiras

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares reais)			
Despesas (receitas) operacionais	Nota	31/12/23	31/12/22
Administrativas e outras	(113)	(169)	(113)
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>	<b>(113)</b>	<b>(169)</b>	<b>(113)</b>
Resultado financeiro	19	(25.618)	(6.643)
<b>Resultado do exercício antes do imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(25.731)</b>	<b>(6.812)</b>	<b>(25.731)</b>
Imposto de Renda e Contribuição social diferido	-	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(25.731)</b>	<b>(6.812)</b>	<b>(25.731)</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis. **Demonstrações de mutação de patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares reais)**

	Capital social	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	35.159	142	(95.168)	(59.867)
Prejuízos do exercício	-	-	(6.812)	(6.812)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	35.159	142	(101.980)	(66.679)
Prejuízos do exercício	-	-	(25.731)	(25.731)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	35.159	142	(127.711)	(92.410)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. **e) Benefícios a empregados: I) Benefícios de curto prazo a mensurados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas no resultado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **II) Receita operacional: Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial atual. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto do valor presente das provisões e variação cambial passiva. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **II) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os ativos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de ativo ou pass

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.

Em Recuperação Judicial  
CNPJ nº 01.523.814/0001-73

Financial statements for Heber Participações S.A. including: Balanços patrimoniais (Assets and Liabilities), Demonstrações Financeiras (Income Statement), Demonstrações dos fluxos de caixa (Cash Flow), Demonstrações do resultado (Income Statement), and Demonstrações dos fluxos de caixa - Para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.

Summary financial statement for Davante Participações Ltda. including: Balanço patrimonial, Demonstrações Financeiras, and Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Summary financial statement for W1 Group Corretora de Seguros S.A. including: Balanço patrimonial, Demonstrações Financeiras, and Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diário Comercial logo and text: PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1035-9E35-AB19-D19-D19.

EMERGÊNCIA

Ministro anuncia plano que duplicará voos para o Rio Grande do Sul



Valter Campanato - Agência Brasil

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, falou sobre o plano emergencial

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, anunciou na quinta-feira, 9, que o governo federal iniciará na sexta-feira, 10, um plano emergencial para retomar o tráfego aéreo no Rio Grande do Sul.

O principal aeroporto gaúcho, o Salgado Filho, em Porto Alegre, está alagado há uma semana e, desde então, está impedido de operar, com voos suspensos até pelo menos o final deste mês.

Por conta disso, os aeroportos regionais de Santo Ângelo, Santa Maria, Uruguaiana e Caxias do Sul já estão sendo utilizados para facilitar o acesso à capital.

A base aérea de Canoas está sendo estruturada pela concessionária Fraport e deve receber voos comerciais nos próximos dias. Além disso, o aeroporto de Florianópolis, em Santa Catarina, terá 21 voos a mais.

Segundo o ministro, a partir disso, será possível ampliar a capacidade de atuais sete mil para 17 mil passageiros semanais nos aeroportos regionais no Rio Grande do Sul.

Já os voos extras para Santa Catarina possibilitarão incremento de três mil assentos semanais - totalizando 20 mil. O alcance desse volume total, porém, depende da oferta e demanda, segundo informou Costa Filho.

Após acordo firmado com o governo, a Azul e a Gol anunciarão novos voos para o Estado. Ao todo, são 22 novas rotas. A Azul informou que realizará 12 voos extras, de 9 a 14 de maio. A Latam anunciou quatro voos semanais extras.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), Jurema Monteiro, afirmou que as companhias compreendem o momento e buscarão equacionar o preço das passagens. "É preciso muito cuidado, porque há uma série de questões que precisam ser observadas", disse a representante, que participou da coletiva com Costa Filho.

O aumento de voos para os aeroportos regionais foi antecedido por medida da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que flexibilizou a limitação do número de pousos e decolagens diárias.

Há quase duas semanas, o Estado do Rio Grande do Sul (RS) vivencia uma das suas

piores tragédias climáticas. A chuva, que atingiu cerca de 425 municípios até a última atualização do Governo do Estado do RS, tem colaborado para que pessoas, inevitavelmente, tenham contato com as águas das enchentes. A situação preocupa as entidades médicas, que alertam para o risco do aumento de doenças, como leptospirose, hepatite A e tétano.

Na terça-feira, 7, a Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede) divulgou uma série de recomendações para ajudar a minimizar os riscos de adoecimento durante o momento vivido pela população gaúcha. As orientações, de acordo com a entidade, são baseadas em evidências científicas e na prática de especialistas que atendem em prontas-socorros e pronto atendimentos, entre outros serviços.

Conforme alerta a presidente da Abramede, Camila Lunardi, tragédias de grandes proporções têm impactos significativos na saúde da população e na infraestrutura dos serviços de saúde. "Após inundações, é possível que exista a ocorrência ou o aumento do número de casos de algumas doenças, como leptospirose, hepatite A, tétano, problemas respiratórios e doenças transmitidas por vetores, como a dengue.

Além disso, afogamentos, traumatismos e choques elétricos também costumam ser verificados", descreve a médica. De acordo com a instituição, a desinfecção da água para consumo humano é uma das principais medidas para evitar a disseminação de doenças infecciosas durante período de enchentes. Nos locais em que a rede de abastecimento estiver comprometida, é indispensável que a população consuma água de fontes seguras, de garrafas e galões lacrados.

Na impossibilidade de consumir água mineral, é indicado realizar o procedimento de desinfecção caseira da água. Para isso, a orientação é aplicar a seguinte fórmula: a cada um litro de água, utilizar duas gotas de solução de hipoclorito de sódio a 2,5%, deixando a mistura repousar por 30 minutos.

Para outras informações sobre limpeza e desinfecção de caixas d'água, embalagens, utensílios domésticos, pisos, a Abramede recomenda a leitura da "Cartilha com orientações à população quanto aos cuidados com a água para consumo humano", elaborada pelo Ministério da Saúde.

Instituto Tortuga pela Valorização do Cidadão

Relatório da Administração - Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores Expressos em reais), Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023.

Diretoria: Patrícia Oliveira Preto, Diretora-Presidente

CBPO ENGENHARIA LTDA. CNPJ nº 61.156.410/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais. Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional: A CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO" ou "Empresa"), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor, com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a CNO S.A. ("CNO") e indireta a OEC S.A. ("OECASA").

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, as quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

DIRETORIA: Maurício Cruz Lopes - Diretor - OEC. CONTADOR: Adriano de Oliveira - CRC 1SP 255316/O-7 - CPF 160.224.338-02.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1035-9E35-AB19-D1B9.



DIVERSIFICAÇÃO

BB apresentou o melhor 1º trimestre da história pelo segundo ano consecutivo

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou na quinta-feira, 9, que o resultado do banco no primeiro trimestre deste ano é recorde para este período pelo segundo ano consecutivo.

"Apresentamos o melhor primeiro trimestre da história pelo segundo ano consecutivo. Esse resultado nos permite ter impactos positivos na sociedade", disse ela, em coletiva de imprensa para comentar os resultados do banco no primeiro trimestre.

No período da noite da quarta-feira, o Banco do Brasil informou que encerrou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido ajustado de R\$ 9,300 bilhões, um aumento de 8,8% em relação ao mesmo período de 2023.

Tarciana Medeiros destacou que a União controla o BB com pouco mais de 50% das ações, e que o restante está em circulação no mercado, sendo que apenas em pessoas físicas, o banco tem mais de 1 milhão de acionistas, a quem presta contas dos

resultados. Ela afirmou ainda que a gestão do banco tem a participação de todos esses agentes.

"Atuamos na prática, e com êxito, como se fôssemos parceria público-privada", afirmou a executiva. Ela disse que ao longo do restante deste ano, o BB pretende seguir avançando em linhas com margem ajustada a risco vista como adequada, como o crédito consignado.

O vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do Banco do Brasil, Geovanne Tobias, disse que o banco não deve aumentar a distribuição de proventos aos acionistas no curto prazo. "Não há espaço para ampliação do payout, nós entendemos que 45% (do resultado) é o patamar adequado", disse ele, na coletiva de imprensa para comentar os resultados do banco no primeiro trimestre.

Até o ano passado, o BB



A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros fala sobre o resultado recorde

A vice-presidente de Negócios de Varejo do banco, Carla Nesi, afirmou que cerca de 35% das 350 agências do BB no Estado foram impactadas total ou parcialmente pelas enchentes.

"Nossa medida inicial foi prover a nossa clientela com atendimento remoto. Toda a demanda que chega por atendimento, estamos transbordando para outras estruturas do País", disse ela.

O Rio Grande do Sul corresponde a 6% da carteira de agronegócios do Banco do Brasil, e a 4% da carteira total do banco. "Não é o Rio Grande do Sul que deve mexer no ponteiro do nosso índice de cobertura contra a inadimplência", afirmou o vice-presidente de

distribuição de proventos aos acionistas no curto prazo. "Não há espaço para ampliação do payout, nós entendemos que 45% (do resultado) é o patamar adequado", disse ele, na coletiva de imprensa para comentar os resultados do banco no primeiro trimestre.

Até o ano passado, o BB

Brasil, Francisco Lassalvia, disse que ainda é cedo para mensurar os efeitos do evento climático no Rio Grande do Sul sobre o banco. De acordo com ele, pode haver impacto nas receitas de serviços e em parte do crédito para o agronegócio, mas será limitado.

"Existe um impacto em serviços e em colheita não feita, mas temos mitigadores", afirmou Lassalvia.

A presidente do BB disse que os bancos e o País precisam estar preparados para eventos como o do Rio Grande do Sul, que ela considerou sem precedentes na história do País. "Eventos como este serão cada vez mais frequentes."

Controles Internos e Gestão de Riscos do BB, Felipe Prince. Ele disse que o banco começou a dar e continuará lançando condições especiais aos clientes gaúchos. "Temos várias iniciativas sendo pensadas para o Rio Grande do Sul, principalmente agro e micro e pequenas empresas", afirmou Prince.

De acordo com ele, a carteira agro do BB tem diversificação geográfica suficiente para mitigar os riscos de eventos localizados.

"Boa parte da carteira agro tem cobertura por seguros", afirmou o vice-presidente de Agronegócios e Agricultura Familiar do banco, Gustavo Lage.

BANCO BTG PACTUAL S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 30.306.294/0001-45 - NIRE 33.300.000.402 Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de junho de 2023. 1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 01 de junho de 2023, às 09:00 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Companhia"), localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 2. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, na forma do parágrafo segundo do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. Mesa: Presidiu os trabalhos o Sr. Nelson Jobim, Presidente do Conselho de Administração, que convidou a Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro para secretária-ia. 4. Ordem do Dia e Deliberações Tomadas: Por unanimidade de votos da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou reservas: 4.1. Aprovar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos presentes. 4.2. Aprovar, na presente data, nos termos do art. 2º do Estatuto Social da Companhia, a criação da filial do BTG Pactual com o endereço na: • Banco BTG Pactual - Agência Brasília: Setor Comercial Sul - SCS Q. 2 - Ed. Parque Cidade Corporate, Sala 1202, Bloco A, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília, Distrito Federal. 5. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta Reunião do Conselho de Administração, da qual foi lavrada esta ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração. (a.a.) Mesa: Nelson Jobim - Presidente, Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária; Membros do Conselho de Administração: John Huw Gwili Jenkins, Roberto Balls Sallouti, Mark Clifford Maletz, Guillermo Ortiz Martínez, Nelson Azevedo Jobim, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo e Sofia de Fátima Esteves. Rio de Janeiro, 01 de junho de 2023. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. JUCERJA nº 5549146, 53920031319 em 27/06/2023.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE BANGU CNPJ: 28.937.191/0001-31 Edital de Convocação O Presidente Administrativo, Leandro Augusto de Souza Antunes, da GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE BANGU, nos termos do Artigo 7º do Estatuto Social, comunica e convoca todos os associados aptos para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 15 de maio de 2024, em sua sede provisória na Rua Francisco Real, 1445, Bangu, Rio de Janeiro - Cep.: 21.810-041 às 12 horas em primeira convocação e às 13 horas em segunda convocação, ambas obedecendo ao quórum estatutário, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1. Eleição e Posse da Diretoria Administrativa; 2. Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2024.

ONCOLOGIA REDE D'OR S.A. CNPJ: 28.000.107/0001-59 Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais) Demonstrações dos Resultados ffindos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

GW BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ 11.362.764/0001-43 - NIRE 33.3.0031034-7 Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária Ficam os senhores acionistas da GW BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES S/A ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 15 (quinze) de maio de 2024, sendo a primeira convocação às 15:00 horas, e a segunda e última convocação às 15:30 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Paulino Fernandes, nº 39 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22270-050 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma Google Meet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 14 de maio de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 07 de maio de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

ONCOLOGIA REDE D'OR S.A. CNPJ nº 28.000.107/0001-59 - NIRE 33.3.0030101-1 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Ficam os senhores acionistas da Oncologia Rede D'Or S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 17 de maio de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Sorocaba, 654, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.271-011, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; 2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023. Rio de Janeiro/RJ, 08 de maio de 2024. Diretoria.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA PORTELA Assembleia Geral Ordinária. Edital de Convocação. O Presidente Executivo do Grêmio Recreativo Escola de Samba PORTELA (G.R.E.S. PORTELA), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 do Estatuto Social e seguindo a determinação do mesmo artigo, resolve CONVOCAR para o próximo dia 29 de maio de 2024 (quarta-feira), com início às 19h, em primeira convocação, e às 19:30h, em segunda e última convocação, a Assembleia Geral Ordinária, prevista no artigo 23 e 24 do Estatuto, a realizar-se na Sede da Escola, Rua Clara Nunes nº 81, em Madureira, para deliberar sobre os seguintes assuntos constantes na ordem do dia: 1 - Apresentação da prestação de contas da Administração, no período de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024, conforme previsto no artigo 45 "b" do Estatuto Social; 2 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 09 de maio de 2024. Fabio Oliveira Pavão - Presidente Executivo do G.R.E.S. Portela

PPLA PARTICIPAÇÕES LTD. CNPJ/MF nº 15.073.274/0001-88 Código CVM nº 80152 - Companhia Aberta Edital de Convocação. Ficam os investidores convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") da PPLA Participations Ltd., uma companhia devidamente constituída de acordo com as leis de Bermuda ("Companhia") a ser realizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP: 22.250-040, Brasil, em 11 de junho de 2024, às 11:00 horas, com o propósito de deliberar sobre as matérias listadas a seguir: I. Deliberar sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório dos auditores independentes; II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com o estatuto social da Companhia; III. Deliberar sobre a nomeação de um auditor independente para a Companhia, com mandato a partir da conclusão da Assembleia Geral Ordinária até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária na qual as demonstrações financeiras da Companhia serão apresentadas, nos termos do Artigo 70.1 do Estatuto Social. IV. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2024. V. Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de incorporar ajuste detalhado na Proposta da Administração a ser apresentada pela Companhia para a Assembleia Geral. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será no idioma português. As demonstrações contábeis do exercício social ffindos em 31 de dezembro de 2023 e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia na internet ri.pplaparticipations.com. Os investidores titulares de Units e BDRs em circulação no mercado de emissão da Companhia poderão participar diretamente da Assembleia, desde que munidos dos documentos hábeis de identidade, que deverá incluir (conforme aplicável): (i) Instrumento de mandato outorgando poderes especiais, com as firmas devidamente reconhecidas; (ii) Cópia autenticada da documentação societária comprobatória dos poderes de representação então outorgados, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; (iii) Cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento; e (iv) Comprovante de titularidade das ações. A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. De modo a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. Os titulares de BDR's (Certificado de Depósito de Ações) registrados nos livros do Banco Bradesco S.A. ou nos registros da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC ao final do dia 28 de maio de 2024, terão o direito de instruir o agente depositário, Banco Bradesco S.A., até 04 de junho de 2024, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, São Paulo, CEP: 06029-900 - Aos cuidados do Departamento de Ações e Custódia (Custody and Registrar Department), a exercer o direito de voto em relação a sua participação. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2024. A Administração - PPLA PARTICIPAÇÕES LTD.

BANCO BTG PACTUAL S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 30.306.294/0001-45 - NIRE 33.300.000.402 Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2023. 1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 24 de outubro de 2023, às 09:00 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Companhia"), localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 2. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, na forma do parágrafo segundo do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. Mesa: Presidiu os trabalhos o Sr. Nelson Jobim, Presidente do Conselho de Administração, que convidou a Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro para secretária-ia. 4. Ordem do Dia e Deliberações Tomadas: Por unanimidade de votos da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou reservas: 4.1. Aprovar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos presentes. 4.2. Aprovar, na presente data, nos termos do art. 2º do Estatuto Social da Companhia, a alteração do endereço da filial do BTG Pactual inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0030-80 que passa do Setor Comercial Sul - SCS Q. 2 - Ed. Parque Cidade Corporate, Sala 1202, Bloco A, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília, Distrito Federal para Setor Habitações Individuais Sul - QI 11, bloco K, salas 112 e 113, Lago Sul CEP 71625-205, Brasília, Distrito Federal. 4.3. Aprovar a indicação do CNAE 35.13-1-00 - Comércio atacadista de energia elétrica como o CNAE principal para a filial do BTG Pactual inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0030-80. 5. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta Reunião do Conselho de Administração, da qual foi lavrada esta ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração. (a.a.) Mesa: Nelson Jobim - Presidente, Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária; Membros do Conselho de Administração: John Huw Gwili Jenkins, Roberto Balls Sallouti, Mark Clifford Maletz, Guillermo Ortiz Martínez, Nelson Azevedo Jobim, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo e Sofia de Fátima Esteves. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2023. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. JUCERJA nº 6072029 em 05/02/2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A. CNPJ: 10.476.221/0001-94 Convocação: Ficam os Acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de maio de 2024, às dez horas, na sede social da Companhia, situada à Rua da Assembleia, nº 10, sala 3611, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011 901, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até 20 de maio de 2027; e (ii) Assuntos diversos/encerramento. Diretoria.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1035-9E35-AB19-D1B9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1035-9E35-AB19-D1B9



### Hash do Documento

F402BE351CA658C1DB5DBF455168727CB2D60948622DC64478F7F1227006A808

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/05/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 09/05/2024 20:55  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

